

APAV®



associação portuguesa de
Apoio à Vítima

RECORTES DE IMPRENSA

OUTUBRO 2018



APOIO



THE HOUSE OF PR



Batom solidário

Até ao final deste ano, por cada Batom Gel Semi Mate Powerful Pink vendido a Mary Kay doará um euro à APAV. Um belo batom para uma bela ação.

**Pessoas Idosas Vítimas de Crimes**

No próximo dia 3 de Outubro, pelas 14h30, decorre, em São João de Loure, uma Ação de sensibilização subordinada ao tema: "Pessoas Idosas Vítimas de Crimes". Trata-se de uma iniciativa da ASIV- Associação Social para Idosos com Vida da freguesia de São João de Loure e Frossos em parceria com a APAV, do Distrito de Coimbra. A iniciativa é gratuita e aberta a toda a comunidade.



APAV ajudou mais de 5600 idosos vítimas de crime em quatro anos

Foram sobretudo mulheres agredidas pelos filhos, que viveram nesta situação. A APAV contabilizou mais agressores do que vítimas

LUSA
Açoriano Oriental

Mais de 5600 pessoas idosas foram vítimas de crime e de violência nos últimos quatro anos, segundo a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, sobretudo mulheres agredidas pelos filhos, que viveram nesta situação entre dois a seis anos.

Dados da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), quando se assinala o Dia Internacional da Pessoa Idosa, revelam que entre 2013 e 2017, a associação ajudou 5683 pessoas idosas, em que a maioria (4556) foi vítima de crimes e de violência.

No total dos 10740 crimes associados a estas 5683 pessoas, 8561 foram relativos a violên-

cia doméstica, seguido de crimes contra pessoas (1595), crimes contra o património (515), crimes contra a vida em sociedade e o Estado (40), outras formas de violência (26) e crimes rodoviários (3).

No total das 4556 pessoas idosas vítimas de crime e de violência, 3619 eram mulheres e 937 eram homens, em 37,4% dos casos eram pai/mãe do agressor, e em 27,6% cônjuge.

Cerca de 28% tinha entre 65 e 69 anos, em 42% dos casos eram casadas e pertenciam a um tipo de família nuclear com filhos (30,5%).

Estas pessoas sofreram de vitimação continuada (79%) e em 12% dos casos viveram nesta situação entre dois a seis anos, com as agressões a ocorrerem

sobretudo (53,3%) na residência comum e em 28,8% na residência da vítima.

Nestes quatro anos, a APAV contabilizou mais agressores do que vítimas, com os primeiros a chegarem aos 4771, na maior parte dos casos (3259), do sexo masculino e com idades compreendidas entre os 65 e os 74 anos.

Outro dos problemas ligado aos mais velhos é a solidão, havendo, em Portugal, mais de 400 mil pessoas que vivem sozinhas, o que acarreta mais riscos no que diz respeito à sua saúde física e psicológica.

Numa carta enviada ao Governo, a Ordem dos Psicólogos Portugueses (OPP) alerta para o terço da população portuguesa que será idosa em 2050 e para o quase um milhão que terá mais de 80 anos, apontando que as doenças mais comuns associadas à solidão são a hipertensão arterial, as infeções repetidas, a ansiedade, a depressão e as demências.

Nessa mesma carta, a OPP mostra-se disponível para colaborar com o Governo no sentido de combater “este difícil desafio demográfico”, defendendo que a “promoção de processos de envelhecimento ativo e saudável traduzir-se-á em mais saúde e menos doença no futuro”. “Nesse sentido, urge promover e dar oportunidade a que as pessoas tenham mais conhecimento e literacia em saúde. Urge promover e dar oportunidade a que as pessoas construam hábitos de vida mais saudáveis”, defende a OPP. ♦

HENRIQUES DA CUNHA / GLOBAL IMAGENS



Pessoas sofreram de vitimação continuada (79%) e em 12% dos casos viveram a situação entre 2 a 6 anos



DIA INTERNACIONAL DO IDOSO

Aumento de 22% nos crimes contra idosos

Entre 2013 e 2017, a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) auxiliou 5683 pessoas idosas vítimas de um crime, sobretudo violência doméstica.

JOÃO MONIZ
jmoniz@destak.pt

Os dados, revelados ontem no Dia Internacional do Idoso, mostram uma realidade cujo reconhecimento «tem sido lento». Mas «a violência contra as pessoas idosas constitui um problema social, de segurança e de saúde pública, e o seu combate eficaz pode contribuir para um futuro mais inclusivo», refere a APAV.

Os dados da associação, consultados pelo **Destak**, dão conta de 5683 idosos auxiliados por 10 740 crimes (um aumento de 22%), na sua maioria violência doméstica (8561). O ano passado houve uma ligeira redução dos seniores acompanhados (1208), depois de sucessivos aumentos desde 2013 (941): 1068 em 2014; 1205 em 2015 e 1261 em 2016. No período em análise, as vítimas acompanhadas aumentaram 28%.

As mulheres (3619) são as principais vítimas (79,4% dos casos), sobretudo por parte dos filhos (em 37% das situações a vítima é mãe ou pai do agressor e em 27,6% é cônjuge).

Naturalmente, a maior parte dos agredidos (28%) têm entre 65 e 69 anos, mas a APAV registou 39 casos em 2017 de violência contra pessoas com 90 ou mais anos. Quatro em dez



Mulheres são as vítimas de crimes em 79% das situações denunciadas à APAV

agredidos eram casados e 30% pertenciam a uma família nuclear que incluía filhos.

Ainda prevalece o tipo de vitimação continuada (79%), com uma duração média entre os 2 e os 6 anos (9,4%). A residência comum é o local mais frequente para os crimes: 53%. Em mais de 68% das situações, o autor do crime é do sexo masculino, com idades compreendidas entre os 65 e os 74 anos de idade, estando reformado.

Não remeter ao silêncio

A consciencialização da população conduziu ao incremento do número de pessoas apoiadas, mas «as barreiras mentais, a dificuldade de acesso e compreensão da informação, a dependência, a vergonha e a fragilidade persistem, aliadas à perceção pouco generalizada do problema, dificultando o alcance» da ajuda, refere a APAV. «Calar, fechar os olhos e tapar os ouvidos é ser cúmplice».

Idosos vítimas de crime

Mais de 5.600 pessoas idosas foram vítimas de crime e de violência nos últimos quatro anos, segundo a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, sobretudo mulheres agredidas pelos filhos, que viveram nesta situação entre dois a seis anos.

Dados da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), quando se assinala o Dia Internacional da Pessoa Idosa, revelam que entre 2013 e 2017, a associa-

ção ajudou 5.683 pessoas idosas, em que a maioria (4.556) foi vítima de crimes e de violência.

No total dos 10.740 crimes associados a estas 5.683 pessoas, 8.561 foram relativos a violência doméstica, seguido de crimes contra pessoas (1.595), crimes contra o património (515), crimes contra a vida em sociedade e o Estado (40), outras formas de violência (26) e crimes rodoviários (3).



APAV ajudou mais de 5.600 idosos nos últimos quatro anos.

APAV dinamiza workshop para CLAS de Mesão Frio



Volvidos 15 anos da abertura da casa de abrigo Sophia, da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) de Vila Real, esta instituição particular de solidariedade social, pessoa coletiva e de utilidade pública, promoveu o workshop «Acolhimento de vítimas de violência doméstica em casas de abrigo», dirigido exclusivamente a técnicos do Conselho Local de Ação Social (CLAS) de Mesão Frio. A ação, que suscitou um espaço de partilha entre técnicos, realizou-se, dia 25 de setembro, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Mesão Frio.

A ministrar o workshop

esteve Elisa Brites, gestora do Gabinete de Apoio à Vítima na APAV, que simultaneamente exerce funções como diretora da casa abrigo Sophia e Dália Santos, jurista da referida estrutura. As duas oradoras informaram os presentes sobre o regime jurídico aplicável à prevenção de violência doméstica, à proteção e à assistência das vítimas. Elucidaram, também, sobre o papel crucial das casas de abrigo na reestruturação da vida destas pessoas, locais seguros para que as mesmas, com ou sem filhos, possam permanecer, ter aconselhamento e ajuda relativamente aos seus direitos, proteção social,

habitação, emprego, regulação das responsabilidades parentais, entre outros.

A iniciativa teve como objetivo fundamental, clarificar as dúvidas dos técnicos, estabelecendo uma abordagem ao processo do encaminhamento das vítimas de violência doméstica para as casas de abrigo. Para que o papel dos técnicos do CLAS seja ainda mais efetivo na área abrangida pelo município de Mesão Frio, foi reiterada a importância do levantamento de informação e das necessidades das vítimas que procuram apoio para, desta forma, agirem no terreno com respostas mais adequadas.

CAPA

TAL MÃE, TAL FILHA

CLÁUDIA, RITA E LAURA. AS MÃES DESTAS TRÊS MULHERES FORAM VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA. CONVERSÁMOS COM AS TRÊS. HÁ QUEM TENHA SEGUIDO AS PISADAS DA MÃE, MAS HÁ TAMBÉM QUEM SE RECUSE A VIVER NUM CLIMA IGUAL AO QUE VIVEU NA INFÂNCIA.

POR MARGARIDA MENINO FERREIRA

“Vê lá se queres acabar como a tua mãe”. Foi esta a frase que marcou, para sempre, Cláudia Rosário. A jovem, de 26 anos, perdeu a mãe aos 12. Foi assassinada pelo companheiro numa manhã de abril, e a única testemunha do crime foi Cláudia. Até ali, Cláudia nunca suspeitara de nada. Não assistia a discussões nem a maus-tratos, sabia apenas que ele era ciumento. Naquele dia, Cláudia assistiu à morte da mãe.

Foi entregue à irmã mais velha. Já casada, e com duas filhas, a irmã de Cláudia vivia num clima de igual violência. “Vê lá se queres acabar como a tua mãe”, dizia o meu cunhado. Não foi a primeira vez que o disse e muitas mais se seguiram. Não havia dia em que estivesse tudo bem. Violência física, violência psicológica, jogos emocionais, chantagem. Pensei mais uma vez que tudo não passava de um pesadelo. Não era possível. Aquilo não estava a acontecer. Nesse momento tive medo, muito medo. Não queria ficar sem a minha irmã. Não queria que as minhas duas sobrinhas ficassem sem a mãe. Não podia acontecer. A história não podia repetir-se”.

Durante os quatro anos seguintes, Cláudia e a irmã viveram na mesma situação, sem saber como fugir dela. “Vi um poster da APAV e liguei. Esse foi o primeiro passo para sairmos dali. Em 2008 fugimos para uma casa de abrigo. Eu, a minha irmã e as minhas duas sobrinhas. Com a roupa que tínhamos no corpo”.

A criança de 12 anos cresceu à pressa, e é hoje uma mulher independente, atenta e preocupada com o número de casos de violência contra as mulheres. “Hoje, eu e a minha irmã estamos em segu-

rança. As minhas sobrinhas estão em segurança. Quebrámos o ciclo de violência, apesar de todas as dificuldades. Podia dizer que tudo está bem quando acaba bem. Mas, para mim, esta luta ainda agora começou”.

“REPETI O PADRÃO DA MINHA MÃE”

“A violência a que assisti enquanto crescia foi muita, foi intensa e diária. O meu pai não batia na minha mãe – que eu saiba, isso só aconteceu duas vezes e estava totalmente embriagado – mas talvez até tivesse sido melhor bater, porque a violência psicológica a que éramos sujeitos foi traumatizante. É uma coisa que fica para o resto da vida”. Rita Martelo tem 37 anos e é empresária. O pai humilhou a mãe durante muitos anos. “Acusava-a das coisas mais estúpidas, parecia ter gozo no poder que detinha”. A mãe, dependente financeiramente do pai, permaneceu casada. Com os anos a relação melhorou, mas a tensão continua até aos dias de hoje.

Rita casou com 23 anos, com um homem 17 anos mais velho. “Repeti o padrão da minha mãe”, conta. “Tinha medo dele. Queria agradar-lhe, e tinha medo”. Para Rita, como para grande parte das vítimas de violência doméstica, foi difícil quebrar o ciclo. “Não é viver, é sobreviver. Felizmente, tive a coragem e o apoio necessários. Se não fossem duas grandes amigas, eu teria ficado ali. Agarraram em mim e levaram-me. Andei escondida. Parecia um filme, um filme de má qualidade. Já separados, ligou-me para casa dos meus pais. Era sábado, já tinham passado uns meses, e eu atendi o telefone sem pensar que poderia ser ele.



Nunca me esquecerei desta frase: 'tu foste embora e eu nunca te bati. E eu nunca te bati!'".

Rita nunca sofreu de maus-tratos físicos, mas confessa que as palavras que ouviu a magoaram tanto como um estalo. "Ele esmagou a minha autoestima. Já passaram cinco anos. Ainda tenho receio de o ver outra vez".

"NÃO, EU NÃO VOU PASSAR POR ISSO OUTRA VEZ"

Luísa, nome fictício de uma jovem de 22 anos. As memórias que tem da infância são poucas, e muito fragmentadas. As poucas que mantém são das discussões e agressões entre os pais. Não assistiu a muitas, mas as consequências físicas e psicológicas dessas agressões, na sua mãe, eram desde logo visíveis.

Luísa e o irmão viveram durante vários anos com medo do próprio pai. "Dependência e acomodação" constituem, para Luísa, os motivos que levam qualquer mulher a viver num clima de violência. "A maior parte das pessoas que sofrem de violência

doméstica, na minha opinião, não teve uma base familiar. Não tinham apoio, alguém a quem solicitar ajuda. E, conseqüentemente, acabam por se agarrar a alguém que lhes proporciona um diálogo normal e familiar, no dia a dia. Mas à medida que o tempo passa e que a relação vai crescendo, vão-se tornando dependentes – não das pessoas – mas daquilo que essas mesmas as fazem sentir. E tudo isto gera um ciclo. É muito difícil sair de uma relação assim, estas pessoas tornam-se inseguras e dependentes, têm medo da solidão".

Luísa viveu apenas uma relação até hoje, que durou cinco anos. Entre os dois nunca existiu qualquer tipo de violência. Se existisse, diz que seria a primeira e a última vez que o fazia. "Sei que, na maior parte das vezes, não é isso que acontece. Mas tratando-se de mim, e já tendo sido protagonista de situações muito infelizes, tenho tendência para agir, pelo que, muito possivelmente, não o permitiria. Até porque o primeiro pensamento que me ocorre é: não, eu não vou passar por isto outra vez". ☺



NO FIM DA LINHA

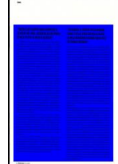
116 006 é um serviço de atendimento telefónico gratuito e confidencial da APAV destinado a informar, aconselhar e apoiar as vítimas de crimes, e os seus familiares e amigos. As histórias que se seguem são de pessoas de carne e osso, que recorreram à Linha de Apoio à Vítima e que preferem o véu do anonimato, para poderem viver em segurança. Os nomes fictícios são apenas um detalhe nas histórias que precisam de saltar para as páginas da CRISTINA.

POR BEATRIZ LEAL

Isabel, de 60 anos, deu entrada num hospital da cidade de Lisboa em estado crítico no dia 3 de julho de 2017. Cerca de uma hora e meia antes tinha sido esfaqueada pela ex-cunhada, à porta de casa, num ato que ainda hoje se recusa a aceitar. **“Eram 14h15 e saí de casa para ir ao posto médico. Quando ia a entrar no carro, ela aproximou-se de rompante e começou a fazer movimentos bruscos com os braços. Não lhe dei importância. Entrei no carro mas comecei a sentir-me mal. Quando olhei para o meu peito vi muito sangue. Saí do carro, fui a casa, mudei de camisola, voltei a descer no elevador e, já na rua, um rapazi-nho olhou para mim e disse-me que eu estava toda furada”**. Isabel sucumbiu. Dos minutos que se seguiram recorda o atendimento ao pedido de socorro, o estado de quase inconsciência, a picada da agulha, já na ambulância, para a administração da morfina, e as palavras da médica: “se não morreres, podes agradecer-me”. Isabel não morreu mas as feridas ainda permanecem abertas. Só não sangram. Foram quatro as facadas desferidas pela mulher que viria, poucas horas depois, a ser detida pela Polícia Judiciária e libertada no dia seguinte pelo juiz, sujeita ao termo de identidade e residência. Um dos golpes perfurou-lhe o pulmão. Esteve internada onze dias, período durante o qual

omitiu a verdade à mãe, de 82 anos. Foi nessa altura que tomou a iniciativa de contactar a Linha de Apoio à Vítima. “Precisava de ajuda. Acho que 24 horas depois do primeiro contacto, tive uma consulta. Fui encaminhada para a rede de Apoio a Vítimas e Familiares de Homicídio. Têm sido incansáveis em prestar todo o apoio, quer a nível psicológico, quer a nível jurídico. Se precisar de alguma coisa, ligo e sou recebida”.

O processo-crime ainda está a decorrer e as feridas ainda não cicatrizaram. Os golpes foram além da carne. **“Não sei o que passa na cabeça de uma pessoa para dar quatro facadas a outra. Já me tentou agredir uma segunda vez, com uma pedra. Chamei a polícia, mas ela continua à solta e eu continuo a ter medo”**. Isabel sofre de ataques de pânico, está a ser acompanhada por um psiquiatra e ainda não controla as lágrimas quando a dor lhe assalta a memória. O reconforto chega do filho de 35 anos, que sofreu com o ataque à distância, mas que agora está bem perto da mãe, com quem partilha a casa, e da gata Nina, “uma siamesa diabólica”, da qual Isabel fala com orgulho. “A única coisa que sinto agora é raiva, pelo que me aconteceu, e porque o nosso sistema não faz nada. Quem me diz que, um dia destes, não sou outra vez o alvo dela?”.



“ENTREI NO CARRO MAS COMECEI A SENTIR-ME MAL. QUANDO OLHEI PARA O MEU PEITO VI MUITO SANGUE”

Mafalda tem 35 anos e ainda convive com alguns vestígios de uma relação conflituosa de sete anos, sempre pautada pela violência psicológica. A separação física aconteceu, por sua vontade, em agosto de 2015, após aquela que viria a ser a última ofensa, mas a afronta começou muito antes, cerca de três meses após o início da relação, depois de Mafalda ter partilhado uma história pessoal e “muito complicada” com o pai do filho. O insulto começou por surgir mascarado por um dia menos afortunado, escudado num arrependimento momentâneo. “Sabia que era errado chamar-me p... mas rapidamente vinha um pedido de perdão. Havia uma discussão, a promessa de que não o voltaria a dizer, e eu acabava por desculpar”. Porém, a história de vida confidenciada entre parceiros passou a ser usada como arma fortuita para humilhar. Há pouco mais de dois anos, Mafalda decidiu que estava na hora de mudar. “Agarrei numa mochila do meu filho, pus o que achei que era essencial para ele e saí de casa. Foi um processo muito complicado. Havia contacto telefónico por causa do nosso filho e a violência para comigo persistiu. Passou a ligar-me de manhã à noite. Num dia ligou-me 140 vezes. Entrei em pânico, deixei de atender as chamadas e foi então que comeci a receber telefonemas de números desconhecidos, imagens de cariz pornográfico e mensagens com insinuações. Cheguei a temer pela minha vida e pela vida do meu filho, hoje com seis anos. O meu número estava num site de cariz sexual”.

O dia 28 de fevereiro foi o início do fim. “Liguei para a Linha de Apoio à Vítima. A pessoa que me atendeu foi muito generosa. Na verdade, o que eu mais queria era que me ouvisse. No dia seguinte fui até às instalações da APAV e falei com a psicóloga, que me aconselhou a denunciar o caso. No dia seguinte fui apresentar queixa”. O processo está a decorrer na justiça, a par da regularização do poder paternal.

O caminho nem sempre se fez em linha reta. Houve uma tentativa de reconciliação já depois de Mafalda ter saído de casa, mas “já estava mais fora do que dentro da relação (...) Perdi tudo. Saí apenas com a roupa que tinha e que consegui trazer. Fiquei com dívidas mas ganhei a minha paz. Perdi os bens mas tenho o meu filho, que é a minha luz”.

“CHEGUEI A TEMER PELA MINHA VIDA E PELA VIDA DO MEU FILHO. O MEU NÚMERO ESTAVA NUM SITE DE CARIZ SEXUAL”

Maria, 27 anos, aprendeu a olhar-se ao espelho e a gostar do reflexo, mas ainda prega os olhos no chão à força do hábito. Durante seis anos foi alvo de todo o tipo de agressões, ameaças e descrédito por parte daquele com quem vivia em união de facto. Só não foi violentada durante a gravidez, mas, quando deixou a maternidade com o filho nos braços, voltou a ser o alvo mais fácil. No dia em que o companheiro saiu de casa com o filho, à época já com quatro anos, Mafalda achou que era tempo de confessar à mãe aquilo de que esta sempre suspeitava. Em sete dias, Mafalda viu o filho apenas uma vez, na creche e só por instantes. Durante a tormenta, Maria não conseguiu dormir nem comer. O contacto com a Linha de Apoio à Vítima, feito pela mãe em 2015, foi determinante para um futuro pacífico, preparado com todas as cautelas. Era necessário sair daquela área com o filho em segurança e sem olhar para trás. “A forma de o fazer foi através da escola. Nesse dia fui buscá-lo. Sempre fui encarregada de educação e as educadoras não puderam fazer nada para me impedir de o levar. Já com o meu filho, voltei ao gabinete da APAV com a minha mãe e fui encaminhada para uma casa de abrigo, onde estive dois anos. Autonomizei-me há pouco tempo. Hoje posso dormir com o meu filho e ninguém me vai tocar. Amanhã logo se vê”.

Maria deixou as raízes e o passado. Da família materna vai disfarçando as saudades sempre que pode, através do telefone ou das redes sociais, e com muitas reservas. O coração, apesar de magoado, deu uma segunda oportunidade ao amor. Será cedo para dizer se é algo sério, mas é diferente do que conheceu até aqui. É, por isso, vivido com um tempo diferente e com muita paciência. “Se as coisas correrem bem, gostava de casar”. O ex-companheiro foi condenado pelo tribunal a três anos de prisão, com pena suspensa, pelo crime de violência doméstica. Ficou ainda proibido de a contactar durante o mesmo período, exceto nas questões que estão relacionadas com o filho de ambos. As visitas aos fins de semana, determinadas pelo tribunal, são uma novidade que o pequeno Miguel, agora com seis anos, está a assimilar. A entrega do menor é sempre feita em locais previamente combinados e públicos. Ainda assim, há sempre amigos por perto para uma eventualidade. “Demorou a recuperar a confiança em mim e a não ter medo. Ele deitou-me ao chão mas eu reergui-me. Será preciso muito para me voltar a deitar abaixo”. ☺



Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) de Vila Real

APAV dinamiza workshop para CLAS de Mesão Frio

Volvidos 15 anos da abertura da casa de abrigo Sophia, da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) de Vila Real, esta instituição particular de solidariedade social, pessoa coletiva e de utilidade pública, promoveu o workshop «Acolhimento de vítimas de violência doméstica em casas de abrigo», dirigido exclusivamente a técnicos do Conselho Local de Ação Social (CLAS) de Mesão Frio. A ação, que suscitou um espaço de partilha entre técnicos, realizou-se ontem, dia 25 de setembro, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Mesão Frio.

A ministrar o workshop esteve Elisa Brites, gestora do Gabinete de Apoio à Vítima



na APAV, que simultaneamente exerce funções como diretora da casa abrigo Sophia e Dália Santos, jurista da referida estrutura. As duas oradoras informaram os presentes sobre o regime jurídico aplicável à prevenção de violên-

cia doméstica, à proteção e à assistência das vítimas. Elucidaram, também, sobre o papel crucial das casas de abrigo na reestruturação da vida destas pessoas, locais seguros para que as mesmas, com ou sem filhos, possam permanecer,

ter aconselhamento e ajuda relativamente aos seus direitos, proteção social, habitação, emprego, regulação das responsabilidades parentais, entre outros.

A iniciativa teve como objetivo fundamental, clarificar as dúvidas dos técnicos, estabelecendo uma abordagem ao processo do encaminhamento das vítimas de violência doméstica para as casas de abrigo. Para que o papel dos técnicos do CLAS seja ainda mais efetivo na área abrangida pelo município de Mesão Frio, foi reiterada a importância do levantamento de informação e das necessidades das vítimas que procuram apoio para, desta forma, agirem no terreno com respostas mais adequadas.



APAV assinala Dia Internacional da Pessoa Idosa



A APAV associa-se, uma vez mais, à iniciativa anual do Dia Internacional da Pessoa Idosa. Este dia foi instituído em 1991 pela Organização das Nações Unidas (ONU) e tem como objetivo sensibilizar a sociedade para as questões do envelhecimento e para a necessidade de proteger e cuidar a população mais idosa.

Infelizmente, nas sociedades contemporâneas, o envelhecimento está associado aos fenómenos do crime e da violência contra as pessoas idosas. O reconhecimento da vitimação dos mais velhos tem sido lento, mas é hoje um fenómeno cada vez mais evidente dentro do processo de envelhecimento populacional mundial. O envelhecimento, pode afirmar-se, é um dos maiores desafios do século XXI.

A violência contra as pessoas idosas constitui um problema social, de segurança e de saúde pública, e o seu combate eficaz pode contribuir para um futuro mais inclusivo, onde todos sejam respeitados ao longo do ciclo de vida, nomeadamente no contexto de um envelhecimento ativo e saudável.

A APAV apoia as pessoas idosas e as suas famílias, prestando-lhes apoio jurídico, psicológico e social, e conta com a colaboração de outras instituições, públicas e privadas. Contamos também

com todos e todas: com vizinhos e vizinhas, com os conhecidos e as conhecidas das vítimas, cujo papel pode ser muito importante, sobretudo na denúncia das situações de violência.

Entre 2013 e 2017, os processos de pessoas idosas vítimas de crime e de violência aumentaram 22 %. Só em 2017, a APAV apoiou 944 pessoas idosas, o que equivale a uma média de 18 pessoas apoiadas por semana. Este aumento de casos, contudo, bem como os registados pelas estatísticas oficiais da Justiça, não reflete a realidade diária das vítimas – ainda mais trágica e silenciosa.

A consciencialização da população conduziu ao incremento do número de pessoas apoiadas, mas as barreiras mentais, a dificuldade de acesso e compreensão da informação, a dependência, a vergonha e a fragilidade persistem, aliadas à perceção pouco generalizado do problema, dificultando o alcance destes objetivos.

Os crimes de violência contra a população idosa não podem ser remetidos ao silêncio. Calar, fechar os olhos e tapar os ouvidos é ser cúmplice deste crime!

A APAV está disponível para ajudar através de diferentes serviços, nomeadamente através da Linha de Apoio à Vítima 116 006 - dias úteis, das 9h às 21h -, o número gratuito e confidencial da APAV.



ID: 77118591

03-10-2018

SAÚDE

APAV ajudou mais de 5.600 idosos vítimas de crime nos últimos quatro anos

8.561 desses crimes foram de violência doméstica

Mais de 5.600 pessoas idosas foram vítimas de crime e de violência nos últimos quatro anos, segundo a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, sobretudo mulheres agredidas pelos filhos, que viveram nesta situação entre dois a seis anos.

Dados da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), quando se assinala o Dia Internacional da Pessoa Idosa, revelam que entre 2013 e 2017, a associação ajudou 5.683 pessoas idosas, em que a maioria (4.556) foi vítima de crimes e de violência.

No total dos 10.740 crimes associados a estas 5.683 pessoas, 8.561 foram relativos a violência doméstica, seguido de crimes contra pessoas (1.595), crimes contra o património (515), crimes contra a vida em sociedade e o Estado (40), outras formas de violência (26) e crimes rodovi-

ários (3).

No total das 4.556 pessoas idosas vítimas de crime e de violência, 3.619 eram mulheres e 937 eram homens, em 37,4% dos casos eram pai/mãe do agressor, e em 27,6% cônjuge.

Cerca de 28% tinha entre 65 e 69 anos, em 42% dos casos eram casadas e pertenciam a um tipo de família nuclear com filhos (30,5%).

Estas pessoas sofreram de vitimação continuada (79%) e em 12% dos casos viveram nesta situação entre dois a seis anos, com as agressões a ocorrerem sobretudo (53,3%) na residência comum e em 28,8% na residência da vítima.

Nestes quatro anos, a APAV contabilizou mais agressores do que vítimas, com os primeiros a chegarem aos 4.771, na maior parte dos casos (3.259), do sexo masculino e com idades compreendidas entre os 65

e os 74 anos.

Outro dos problemas ligado aos mais velhos é a solidão, havendo, em Portugal, mais de 400 mil pessoas que vivem sozinhas, o que acarreta mais riscos no que diz respeito à sua saúde física e psicológica.

Numa carta enviada ao Governo, a Ordem dos Psicólogos Portugueses (OPP) alerta para o terço da população portuguesa que será idosa em 2050 e para o quase um milhão que terá mais de 80 anos, apontando que as doenças mais comuns associadas à solidão são a hipertensão arterial, as infeções repetidas, a ansiedade, a depressão e as demências.

Nessa mesma carta, a OPP mostra-se disponível para colaborar com o Governo no sentido de combater "este difícil desafio demográfico", defendendo que a "promoção de processos de envelhecimento

ativo e saudável traduzir-se-á em mais saúde e menos doença no futuro".

"Nesse sentido, urge promover e dar oportunidade a que as pessoas tenham mais conhecimento e literacia em saúde. Urge promover e dar oportunidade a que as pessoas construam hábitos de vida mais saudáveis", defende a OPP.

"Urge promover e dar oportunidade a que as pessoas desenvolvam competências pessoais e sociais que melhor as preparem para as crises que enfrentarão no seu processo de envelhecimento e lhes permitam mais realização pessoal, mais bem-estar e mais qualidade de vida", acrescenta.

Na carta enviada ao Governo, a OPP defende ainda a necessidade de promover uma agenda para a prevenção e desenvolvimento das pessoas. ■

Ignorar é ser cúmplice deste crime: Dia Internacional da Pessoa Idosa

Assinalou-se a 1 de outubro o Dia Internacional da Pessoa Idosa. Entre 2013 e 2017, a APAV registou mais de 10.000 crimes contra pessoas idosas.

A violência contra as pessoas idosas é uma questão social, de segurança e de saúde pública. De acordo com a OMS, um em cada seis idosos sofre de algum tipo de violência – o que implica não apenas violência física, mas engloba também abusos financeiros, psicológicos e negligência. Em 2018, a APAV associou-se mais uma vez à iniciativa do Dia Internacional da Pessoa Idosa, celebrada, anualmente, a 1 de outubro, desta vez com a nova campanha “Ignorar é ser cúmplice deste crime.”

Infelizmente, nas sociedades contemporâneas, o envelhecimento está associado aos fenómenos do crime e da violência contra as pessoas idosas. Entre 2013 e 2017, aumentaram em 22% os processos relacionados com idosos vítimas de crime e de violência. No mesmo período, foram abertos 5683 processos de apoio, dos quais quase 80% são relativos a vítimas do sexo feminino. Dando continuidade ao trabalho junto desta população, em 2017 a APAV apoiou 944 pessoas idosas, o que equivale a uma média de 18 pessoas apoiadas por semana. O aumento de casos, contudo, bem como os registados pelas estatísticas oficiais da Justiça, não reflete



a realidade diária das vítimas – ainda mais trágica e silenciosa.

Instituído em 1991 pela Organização das Nações Unidas (ONU), o Dia Internacional da Pessoa Idosa tem como objetivo sensibilizar a sociedade para as questões do envelhecimento e para a necessidade de proteger e cuidar a população mais idosa. Para esta sensibilização contribui ainda o Dia Mundial de Sensibilização para o

Combate à Violência contra as Pessoas Idosas, assinalado a 15 de junho pela International Network for Prevention of Elder Abuse (INPEA).

O reconhecimento da vitimização dos mais velhos tem sido lento, mas é hoje um fenómeno cada vez mais evidente dentro do processo de envelhecimento populacional mundial. O envelhecimento, pode afirmar-se, é um dos maiores desafios do

século XXI.

Que apoio está disponível?

A consciencialização da população conduziu ao incremento do número de pessoas apoiadas, mas as barreiras mentais, a dificuldade de acesso e compreensão da informação, a dependência, a vergonha e a fragilidade persistem, aliadas à perceção pouco generalizada do problema, o que dificulta o alcance destes objetivos.

A APAV apoia as pessoas idosas e as suas famílias, prestando-lhes apoio jurídico, psicológico e social. Contamos também com todos e todas: com vizinhos e vizinhas, com os conhecidos e as conhecidas das vítimas, cujo papel pode ser muito importante, sobretudo na denúncia das situações de violência, bem como com a colaboração de outras instituições, públicas e privadas.

A APAV disponibiliza ajuda presencialmente, de

forma gratuita, confidencial, qualificada e humanizada, e apoio emocional, jurídico, prático e psicológico, bem como encaminhamento social. A APAV também disponibiliza a Linha de Apoio à Vítima – 116 006 –, uma linha de apoio gratuita, todos os dias úteis das 9h-21h.

GABINETE DE APOIO À VÍTIMA DE BRAGA

Rua de S. Vitor, 11 (Edifício Junta de Freguesia de São Victor)

4710-439 Braga

Tel. 253 610 091

apav.braga@apav.pt

Dias úteis: 10h00-13h00 / 14h00-18h00

LINHA DE APOIO À VÍTIMA 116 006 | Chamada gratuita | Dias úteis: 09h-21h

No âmbito das celebrações dos 25 anos, o GAV Braga publica um artigo de opinião por mês no Diário do Minho sobre as diversas áreas de atuação da APAV



ENTREVISTA

“A PARTIR DO MOMENTO EM QUE EXISTE UMA PRIMEIRA BOFETADA, OUTRAS SE IRÃO SEGUIR”

FLÁVIA BARBOSA (TEXTO) / APAV (FOTOS)

RAQUEL GOMES É COORDENADORA DO ESPAÇO IGUAL, O CENTRO DE INFORMAÇÃO E ACOMPANHAMENTO A VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA INTEGRADO NA CÁRITAS ARQUIDIOCESANA DE BRAGA. O CAMINHO É LONGO E CHEIO DE OBSTÁCULOS, MAS AINDA HÁ VIDA À ESPERA DAS VÍTIMAS.

[Igreja Viva] A maioria das pessoas chega ao Espaço Igual por iniciativa própria?

[Raquel Gomes] Muitas sim, tomam conhecimento da existência do Gabinete através de um familiar ou amigo que as aconselha a pedir ajuda. Deslocam-se cá ou telefonam para perceberem melhor aquilo que podemos fazer e para revelar, muitas vezes, a situação que estão a viver. Muitos dos casos que nos chegam também são fruto de um encaminhamento de outras instituições. (...) Existe um conjunto muito alargado de entidades que fazem essa sinalização, que encaminham a pessoa para cá.

[Igreja Viva] E qual é o primeiro passo do Gabinete?

[Raquel Gomes] A partir desse momento é feito um primeiro atendimento onde vamos tentar perceber a situação em concreto. Muitas vezes através do encaminhamento já possuímos alguma informação, já sabemos o grau de risco que está envolvido, sabemos se existem ou não menores, temos até às vezes um bocadinho do percurso que as pessoas fizeram, se já solicitaram

ou não apoio a alguma entidade... Acabamos por acompanhar pessoas em diferentes momentos. Existem algumas que chegam numa situação de emergência, a precisar também de um encaminhamento de emergência para uma estrutura de acolhimento, temos pessoas que nos chegam num patamar em que não estão ainda muito conscientes de que são vítimas de um crime – e diria que se calhar essas são as vítimas que precisam de maior apoio psicológico para clarificarem realmente aquilo que estão a viver – e temos também vítimas que nos chegam após um momento de denúncia. (...) Quando falamos de violência doméstica e de as pessoas se autonomizarem, há todo um caminho a percorrer! A saída de casa ou a denúncia é muitas vezes apenas o primeiro passo para aquilo que se preconiza ser um longo caminho e com muitos obstáculos. (...)

[Igreja Viva] É comum haver uma relação de grande dependência entre vítima e agressor? Essa relação faz as vítimas adiarem a sua autonomização?

[Raquel Gomes] Essas são questões importantes. Normalmente as pessoas envolvem-se numa relação amorosa que implica compromisso. E esse compromisso muitas vezes é entendido como sendo para toda a vida! Mesmo sendo muito maltratadas, as pessoas continuam a gostar daquela pessoa, a sentirem dependência emocional em relação ao agressor, quanto mais não seja por esse compromisso e por acreditarem na possibilidade de mudança! Só aí temos duas oportunidades que consecutivamente são dadas aos agressores. Claro que o ciclo da violência doméstica também acaba por favorecer esse dar de oportunidades. Nós caracterizamos essas fases como a de lua-de-mel, onde vêm as promessas de mudança e alguma expectativa na qual as pessoas querem acreditar... Muitas vezes as atribuições que as vítimas fazem à violência giram em torno da perturbação mental: o agressor não está bem, está perturbado, “é por isso que me faz isto”, se estivesse no seu estado normal não faria... Também há atribuições relativamente aos consumos: é quando está alcoolizado que o faz, é só quando consome drogas, é porque foi um dia muito exigente... Essas atribuições para explicar a violência muitas vezes são erradas e cabe-nos a nós desconstruí-las, até porque só alimentamos essa dependência emocional.

[Igreja Viva] As pessoas já começam a perceber que para existir uma situação de vio-



lência doméstica não é necessário que haja agressão física? **[Raquel Gomes]** Acho que sim, ainda que seja difícil. Por vezes as vítimas desvalorizam esses episódios no sentido em que ele ou ela nunca lhe bateu e portanto tendem a legitimar um pouco mais a violência, sobretudo a verbal. Quando há ameaças, geralmente têm uma maior consciência da gravidade. Faz parte do nosso trabalho aqui informar as pessoas que a violência doméstica não se restringe à violência física. A violência psicológica ou verbal acaba por ter sequelas tão ou mais graves do que a violência física. (...)

[Igreja Viva] Quais são os limites entre uma discussão e aquilo já se configura como violência verbal?

[Raquel Gomes] As pessoas vão conhecendo aquilo que são os limites no contexto de uma relação saudável. Todos nós sabemos aquilo que é uma discussão, aquilo que podem ser palavras menos próprias, até um bocadinho mais “rudes”, as pessoas sabem e percebem aquilo que ultrapassa o limite do razoável. (...) A partir do momento em que determinados limites são ultrapassados, as coisas muito dificilmente conseguem regredir. Nós tentamos dizer isso mesmo, passar essa mensagem. Existem muitas vítimas que nos chegam na expectativa de que a relação não sofra uma escalada em termos de violência. E nós sabemos, é o que a literatura nos diz, que a partir do momento em que existe uma primeira agressão física, a probabilidade



“Se perguntarmos à maior parte das vítimas o porquê das discussões, elas identificam o ciúme exagerado e descontrolado. O ciúme nunca é saudável, seja de que natureza for. Mais ou menos exagerado, não faz sentido numa relação de confiança.”

de de acontecer cada vez com mais frequência e intensidade é maior. A partir do momento em que existe uma primeira bofetada, outras se irão seguir. Isso é algo que é urgente descontruir, sobretudo na população mais nova que ainda está na fase de namoro. **Há limites que não podem ser ultrapassados!** No caso dos mais jovens existe muito a ideia de se poder fazer alguma coisa porque os pares o fazem: controlar o telemóvel, invadir a privacidade do outro, controlar as redes sociais...

[Igreja Viva] Exercendo controlo também de outras formas?

[Raquel Gomes] Completamente. Isso é uma forma de violência! A pessoa pode não encarar assim, mas tudo o que seja uma forma de restrição da liberdade do outro – a pessoa quer sair para estar com os seus amigos, respeita a sua relação mas quer sair, precisa do seu espaço – é uma forma de controlo. **A maior parte das relações violentas tem uma dimensão de controlo e de comportamento obsessivo muito grande.** Se perguntarmos à maior parte das vítimas o porquê das discussões, identificam o ciúme, o ciúme exagerado e descontrolado. O ciúme nunca é saudável, seja de que natureza for. Mais exagerado ou menos, não faz sentido numa relação de confiança.

[Igreja Viva] Conhece algum caso que não tenha escalado?

[Raquel Gomes] Não. (...) Não conheço nenhum caso em que tenha existido apenas um caso isolado e as pessoas continuem juntas, porque isso requer da parte do agressor ou da agressora um reconhecimento de si como tendo feito algo extremamente grave, extremamente errado e que, por isso, necessita de apoio e de algum trabalho. Estamos a falar de agressores que, muitas vezes, nem em contexto de tribunal reconhecem o que fizeram de errado. Portanto, estamos a falar de pessoas muito resistentes à procura de apoio e ajuda.

[Igreja Viva] Quando é que se processa o encaminhamento para Casas Abrigo?

[Raquel Gomes] O encaminhamento de emergência para Casas Abrigo é sempre a última opção. Já existem e estão previstas pela lei as casas de

acolhimento de emergência, onde as vítimas podem estar até quinze dias e depois transitar para o contexto de *Casa Abrigo*. Estas são estruturas onde as vítimas podem permanecer até doze meses com os seus filhos menores. No caso dos maiores de idade já é um bocado mais difícil essa integração. Por isso é que cada caso é um caso... Aquilo que nós tentamos trabalhar é que a opção da *Casa Abrigo* seja uma resposta limite. (...) A ideia será a pessoa continuar em segurança, não exactamente no mesmo local em que se encontrava, mas eventualmente no mesmo concelho. Se a avaliação de risco nos diz que isso não será possível, ou a própria pessoa não demonstra vontade para que assim seja, recorremos aos contactos. Existe toda uma rede nacional de Casas Abrigo e nós efectuamos todos os contactos para encontrar uma que esteja disponível. Isso pode demorar muito tempo, pode demorar quinze dias. (...) Por isso é que tentamos fazer sempre com que o processo de autonomização da pessoa, a sua saída de casa, seja feito de uma forma organizada. Se for numa situação de emergência é muito mais difícil encontrar uma resposta adequada.

[Igreja Viva] Então que outras opções existem?

[Raquel Gomes] Aquilo que nós tentamos essencialmente é prevenir. A *Casa Abrigo* não pode ser uma resposta imediata, a pessoa não pode chegar a um Gabinete de Apoio à Vítima e ser essa a solução que se lhe apresenta. Há todo um trabalho que pode ser feito! Por exemplo, nós já atribuímos vários apoios sociais neste âmbito e a Segurança Social às vezes também presta este tipo de apoio, como o pagamento dos dois primeiros meses de renda. A partir do momento em que uma pessoa apresenta uma queixa-crime contra violência doméstica é possível o Ministério Público instaurar determinadas medidas de coação e decretar até o afastamento do agressor da sua residência. No entanto, isto não costuma acontecer dentro dos “timings” que se consideram fundamentais para promover a segurança daquela vítima. **Nós achamos que os “timings” da justiça não se compadecem, aquela vítima não tem tempo**

para esperar. E vai ser muito difícil para a vítima enfrentar um processo de violência doméstica ou até de divórcio quando ainda coabita com o agressor! Da mesma forma que nós incentivamos à apresentação de queixa, também temos que sentir que a vítima vai estar segura para o fazer, não vai apresentar a queixa, regressar a casa e após uma semana ou duas o agressor tomar conhecimento da queixa. (...) Neste momento temos uma outra dificuldade: os valores das habitações. Estamos a falar muitas vezes de famílias monoparentais, de uma mulher sozinha com os seus filhos. Por isso numa primeira instância o que fazemos é activar o nosso apoio social e, depois, em articulação com a BragaHabit, tentamos fazer esta ponte e promover um apoio mais prolongado ao longo do tempo. **Tem sido difícil trabalhar nesse sentido devido às circunstâncias do mercado aqui em Braga em termos de arrendamento. Torna-se impossível para uma pessoa com filhos suportar sozinha o custo de um alojamento.**



ESPAÇO IGUAL

Janeiro de 2017
a Setembro de 2018

115

Vítimas de Violência Doméstica
Maioritariamente mulheres adultas com menores a cargo

2

Encaminhamentos para Integração em Casa Abrigo

De acordo com o Relatório Anual de Segurança Interna (RASI) 2017, nesse ano registaram-se em Braga 1838 ocorrências de violência doméstica. No mesmo ano foram iniciados na região 2226 inquéritos, sendo que apenas 344 foram deduzidos em acusação.





GRANDE TEMA

Batem FORTE FORTEMENTE...

“Eu tive, muitas vezes, situações em que as mulheres ficaram fechadas em casa enquanto os agressores saíam, desligavam o quadro da electricidade, tiravam os fusíveis e levavam o telefone. Elas ficavam sem nada. Eu tive, também, várias situações em que indivíduos punham farinha na entrada da porta, deixavam a sua pegada e iam-se embora. E espalhavam [a farinha] numa grande área para as mulheres não poderem sair de casa. Elas ficavam sem electricidade – e também sem luz – para não terem acesso à televisão. Ficavam sem telefone. Ficavam sem nada.” Quem nos relata estes factos é Elisabete Brasil, directora executiva para a Violência de Género na UMAR (União de Mulheres Alternativa e Resposta). A crueza da simplicidade que se reflecte nas palavras de quem convive e apoia vítimas de violência, há mais de duas décadas, desengana quem pensa que estas situações pertencem ao passado. Pelo contrário. A violência contra as mulheres continua bem activa e, por vezes, mais próxima do que poderíamos imaginar. No dia 25 de Novembro assinala-se o Dia Internacional para a Eliminação da Violência Contra as Mulheres e são muitas as mulheres que já sentiram na pele a traição da dor na intimidade da casa e da família. Mas o medo e a vergonha continuam a ter uma presença forte e até determinante no momento controverso que vivemos, em que a sociedade ocidental nunca esteve tão mobilizada para a violência de género. Contudo, ela parece continuar a existir como dantes. E será possível que esteja a aumentar? Tentemos responder à pergunta.

ALEIN.º 7/2000

Na Associação de Apoio à Vítima (APAV), Daniel Cotrim, psicólogo, assessor técnico da direcção daquela associação e supervisor das Casas de Abrigo, explicou à Máxima que é importante distinguir a violência contra as mulheres da violência

... E AMOR NÃO É CERTAMENTE.

As mulheres continuam a ser as vítimas de violência exercida por homens. No dia 25 de Novembro assinala-se o Dia Internacional para a Eliminação da Violência Contra as Mulheres. Ainda é necessário isto? Sim. E muito. Saiba porquê.

Por Carolina Carvalho



GRANDE TEMA

doméstica, pois apesar de a segunda ser a mais conhecida, não é a única. Existem várias formas de violência contra as mulheres sobre as quais ainda não há muito trabalho feito, como, por exemplo, o assédio sexual, o assédio em contexto de trabalho, a violação, a importunação e a perseguição como crimes de género. Em Portugal, desde 27 de Maio de 2000 que a lei n.º 7/2000 decreta que a violência doméstica é crime público, ou seja, não está dependente de queixa da vítima, pode ser feita através de denúncia ou do conhecimento do crime para o Ministério Público promover o processo. O representante da APAV diz que as queixas têm aumentado "porque as pessoas estão mais informadas e já não estamos no período de obscurantismo de há 15 ou 20 anos". Contudo, Daniel Cotrim acrescenta que "a violência contra as mulheres é uma forma de violência normalizada, banalizada e desculpada até socialmente porque os próprios pilares da sociedade ocidental estão assentes numa ideia de que a mulher tem muito menos poder do que os homens". E conclui: "Temos de trabalhar as questões dos estereótipos."

Uma das provas de que a essência da violência contra as mulheres reside nas bases da nossa sociedade está patente nos estudos da Universidade Nova de Lisboa com que Elisabete Brasil iniciou a conversa connosco. "O primeiro estudo [conduzido pelo professor Manuel Lourenço] surgiu em 1995, antes do primeiro quadro de políticas públicas nesta matéria [que chegaria em 1999]. Esse estudo revelava que, em Portugal, uma em cada três mulheres era vítima de violência nas relações de intimidade." Em 2007, num segundo e amplo estudo, intitulado Violência e Género – Inquérito Nacional sobre a Violência Exercida contra Mulheres e Homens (conduzido pelo professor Manuel Lisboa), foi, pela primeira vez, contemplada a violência contra os homens e a conclusão foi, explica Elisabete Brasil, que eles "são mais vítimas de violência genérica do que as mulheres". E acrescenta: "Porém, o espaço de vitimação deles é o espaço público, a rua, e quem os vitima são outros homens. O espaço de vitimação das mulheres é a casa, a intimidade." Contudo, o que mais preocupou a responsável da UMAR foi o facto de a percentagem de vitimação das mulheres permanecer a mesma. Quase 20 anos após as primeiras políticas públicas é preciso perceber por que razão ainda não se sentem mudanças maiores e as mulheres continuam a sofrer os mesmos crimes.

DOS 16 AOS 93 ANOS

Anualmente, a UMAR encomenda, a um meio universitário, um estudo sobre violência no namoro e o mais recente revela que um quarto das relações de namoro são violentas. Há muitas jovens que se sujeitam a actos de violência porque estão dispostas a agradar aos namorados, a aceitar serem controladas e até a compreender o ciúme. A informação, apesar de ser abundante, não é suficiente para mudar a forma de pensar e até a violência de que são vítimas que pode não ser percebida como tal. Por outro lado, a omnipresença do telemóvel e a presença nas redes sociais podem transformar-se de meios de socialização em objectos de controlo. A adolescência sempre foi uma fase do desenvolvimento pessoal, digamos, muito especial. A transição da infância para a idade adulta impõe desafios e dúvidas que já todos experimentámos por sabermos quão complexa pode ser a gestão da vida social, sobretudo quando é condicionada pelo medo. A informação, a "conta-gotas", que as adolescentes passam aos pais deixa muitas vezes de fora o namoro e a convivência entre o grupo de pares abrange sempre o terror da exclusão. O que leva, geralmente, a muitos tabus para poucas soluções.

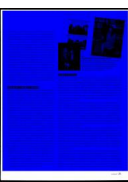
Daniel Cotrim, da APAV, explica que "a violência é sempre produto de alguém que acredita que é, alegadamente, mais forte do que outro que acredita que é, alegadamente, mais fraco". E adianta: "Tudo isto vai beber aos nossos

"AS MULHERES PODEM MUDAR. BASTA QUEREREM"

TESTEMUNHO DE UMA MULHER, DE 34 ANOS, PROFERIDO SOB ANONIMATO.

"Conheci uma pessoa com a qual acabei por me juntar porque eu trabalhava e precisava de alguém que tomasse conta dos meus filhos. O tempo foi passando, essa pessoa sabia que eu não queria ter mais filhos, mas ele queria ter filhos. Havia qualquer coisa que eu ainda não tinha percebido, bem ao certo, o que seria. A minha filha fugiu duas vezes de casa, foi dormir para casa de uma vizinha e depois foi descoberto que tinha uma depressão e não percebia porquê. Entretanto, eu soube que estava grávida com quase seis meses. Já tinha três filhos, mas só dois é que estavam comigo. Tive a bebé e ele arranhou trabalho, porque estava desempregado, então comecei a sentir-se um senhor e as coisas foram piorando desde que a bebé nasceu. Ele começou a bater-me, à frente dos meninos também. Muitas vezes ele batia na minha filha, até com um cinto. Entretanto, eu comecei a trabalhar, mas ele queria que eu tomasse conta da bebé.

Eu queria trabalhar e, por isso, larguei um trabalho por turnos e comecei a trabalhar noutra local. Cheguei a pagar a uma ama, a um infantário, a renda da casa, a água, a luz e ainda a comida. As coisas foram piorando e eu descobri que tinha um mioma com quistos e não podia fazer esforços e ele batalhava para que eu ficasse em casa a tomar conta dos filhos, com quem eu já tinha pouco contacto porque quando chegavam a casa tinham de ir para o quarto, não podiam andar pela casa, tinham de pedir para ir à casa de banho e até para beber água... Eu cheguei a um ponto que disse que bastava. Fui pedir ajuda à Polícia e estive numa instituição, mas ele não me deixou levar a bebé. Entretanto, eu voltei para casa por causa da bebé e foi um caos. Eu vivi um inferno. Ele chegava do trabalho e usava-me. Cheguei ao ponto de não me vestir em casa e de não tomar banho. O meu filho foi para a escola e disse tudo o que ouvia o padrasto dizer em casa. A professora chamou-me à escola e contou-me o que se passava. Eu senti vergonha. Num dia em que o meu filho tinha psicóloga, fui lá e contei-lhe tudo o que se estava a passar. Ela disse-me: 'Não pode estar nesta situação. Eu vou ajudá-la.' Falou com uma doutora da protecção de menores que passou o caso a outra doutora e combinámos que me iria buscar no dia seguinte. Disse-me para eu fazer a minha vida normal, como se nada tivesse acontecido. Eu não podia fazer a mala, nem nada, e não dormi nessa noite. Fui para uma instituição onde estou bem, tenho o meu trabalho e tenho os meus três filhos comigo. Antes, eu não vestia saias, vestidos e tops e agora visto. Antes, eu talvez fosse uma pessoa triste, mas agora sinto-me uma pessoa alegre que olha em frente. As mulheres podem mudar. Basta quererem e darem o primeiro passo. Não se devem prender pelos filhos porque eles não são uma 'prisão', como se julga. Eu tenho os meus três filhos comigo e eles não me prendem nada. Pelo contrário, fortalecemo-nos uns aos outros."



preconceitos e cultura. Somos educados num pensamento de que a mulher tem muito pouco valor e que não pode ter poder porque não o sabe usar. Em quase todas as histórias infantis, as mulheres que têm poder são más (madrastas ou bruxas), as boazinhas são as lavadeiras de roupa. No fim, aparece um pateta de um homem que dá um beijinho (sem consentimento).” É verdade que todos aprendemos com o que vemos fazer seja com a família em casa, com os amigos ou com os programas de entretenimento, como na televisão. Se as histórias infantis estão recheadas de mensagens, também a publicidade é um bom exemplo de reflexo dos costumes do seu próprio tempo. Elisabete Brasil, da UMAR, referiu que numa mesma semana recebeu na organização a que pertence uma mulher de 93 anos vítima de violência doméstica e uma jovem de 16, vítima de violência no namoro. Contudo, salienta que é perto dos 30 anos de idade que reside a maioria dos casos. Isto significa que as mulheres falam e acabam com as relações abusivas cada vez mais cedo. A violência contra as mulheres é complexa e, além de assumir várias formas, é totalmente transversal na sociedade, não escolhendo idade, cor de pele, religião ou estrato social.

VIOLAÇÃO – CRIME E CASTIGO

Segundo o Relatório Anual de Segurança Interna (IASI), de 2017, a violência doméstica contra cônjuges ou análogos diminuiu de 2016 para 2017, passando de 22.773 para 22.599 participações. Revela que 80% das vítimas são mulheres e que 78% das mesmas têm mais de 25 anos. Em 2017, dos 29.711 inquéritos que foram dados por findados resultaram 4.465 acusações, 20.470 arquivamentos e 4.776 por outros motivos, ou seja, menos de um sexto dos inquéritos resultou numa acusação ao agressor. No entanto, ressaltam os números que dizem respeito às violações e que registam um aumento, passando de 335 participações, em 2016, para 408, em 2017, e sendo a violação o único crime violento a aumentar. A Máxima dedicou uma grande investigação a este tema e o artigo Violação – Crime e Castigo, publicado em Março de 1993, valeu à autora, a então jornalista Helena Matos, e à nossa revista o maior prémio de jornalismo nacional. Parece que 25 anos volvidos, esta violenta forma de agressão, que é universal e que tem como principais vítimas as mulheres, continua a ser uma ameaça. No passado mês de Junho, um acórdão do Tribunal da Relação do Porto declarou “sedução mútua” uma violação, ocorrida há dois anos, perpetrada por dois funcionários de um bar a uma jovem inconsciente. Em Abril deste ano, uma sentença em Espanha também causou indignação. Um grupo de cinco homens (com idades entre os 27 e os 29 anos), conhecido como La Manada, violou uma rapariga de 18 e a Justiça entendeu que por ela não ter resistido não havia agressão sexual, mas sim abuso. A sociedade que é civilizada está atenta a estes casos, revolta-se e manifesta-se, as redes sociais incendeiam-se e os casos são amplamente discutidos. Mas e depois?



VENCEDORES DO PRÉMIO NOBEL DA PAZ

Denis Mukwege, médico ginecologista que tem dedicado a carreira a ajudar mulheres e meninas vítimas de violência sexual, na República Democrática do Congo. Nadia Murad (também vencedora da distinção) com Amal Clooney num artigo publicado na Máxima na edição de Dezembro de 2017.

TEMPO E JUSTIÇA

O combate à violência doméstica é um tema assíduo nas agendas políticas, mas ainda falta dar semelhante relevância a todas as outras formas de violência de género. A Convenção de Istambul foi adoptada na capital turca pelo Conselho da Europa para a Prevenção e o Combate à Violência contra as Mulheres e a Violência Doméstica, a 11 de Maio de 2011. Portugal aprovou a convenção na Assembleia da República em Dezembro de 2012 e foi o primeiro Estado-membro da União Europeia a ratificá-la. Esta convenção tem por finalidade proteger as mulheres de todos os tipos de violência, prevenir e instaurar o procedimento penal e eliminar todas as formas de violência e discriminação contra mulheres, bem como a cooperação internacional.

Mas apesar das recomendações da convenção, o ritmo de trabalho varia entre países. Segundo os especialistas, a lei portuguesa é boa, no contexto da Europa, mas o percurso da justiça é longo e tem muitas paragens. Quando há um alerta é a vítima que sai de casa, que foge, se esconde e deixa tudo para trás, que tem de passar pelo constrangimento de contar a sua história vezes sem conta e provar que é uma vítima e que merece recuperar a vida que lhe estava a ser negada. É preciso trabalhar para melhorar o sistema que está montado para que não haja uma vitimização ainda maior sobre as vítimas e para que não sejam estas as principais prejudicadas, com vidas em fuga e isoladas do seu contexto social, principalmente quando há crianças envolvidas.

O trabalho das organizações da sociedade civil (como as duas referidas neste texto, entre tantas outras) revela-se fundamental para fazer funcionar o sistema, seja ajudando as vítimas em casos reais ou na prevenção e sensibilização para evitar que as formas de violência se perpetuem. Para este efeito é também fundamental uma leitura sobre casos passados. Quem trabalha com as vítimas alerta para a importância das decisões jurídicas como mensagens no que toca à prevenção geral (para a sociedade) e à prevenção específica (para os autores do crime), assim como uma “mão mais pesada” contra os agressores reflectiria uma maior intolerância sobre estes crimes.

As mulheres podem sofrer durante longos períodos de tempo até ganharem coragem para falar e os sentimentos de culpa, vergonha e até o facto de não se reconhecer que o que está a acontecer é violência têm um peso fundamental e difícil de ultrapassar. Como explica Daniel Cotrim, “nunca se deve perguntar a uma vítima ‘anda há 20 anos a levar tareia porque é que só agora é que decidiu falar?’ É uma culpa tremenda”. E acrescenta: “Estamos a falar de traumas. Aqui lidamos com mulheres vítimas de violações em criança e de repente dá um



“AJUDA EXISTE E É POSSÍVEL”

TESTEMUNHO DE ÂNGELA, DE 48 ANOS, PROFERIDO NUMA CASA ABRIGO DA UMAR.

“Eu fui vítima de violência doméstica continuada durante um período de dez anos, numa relação de união de facto. Vivi todo um conjunto de violência doméstica de privação de liberdade e de contactos familiares e não tinha ordem para decidir nada, nem para trabalhar. Eu não tinha escolhas. Era uma refém do meu companheiro, numa relação obsessiva de ciúmes e de possessão. Também era vítima de violência sexual e de abusos que o agressor filmava e utilizava para me chantagear. Ele tinha uma perversão e tudo para ele se resumia ao sexo. Na altura, nós vivíamos na casa do pai dele e eu tinha o meu filho mais velho a viver comigo. Temos um filho em comum, que tem agora oito anos, e que é um menino especial. Se ele [o companheiro] queria tinha de acontecer. Ele trabalhava por turnos e não saía sem satisfazer os desejos [sexuais] e, se viesse do turno da tarde, era igual. Não se importava com nada que se passasse à volta dele. Tudo o que ele queria, assim como na vida sexual, ele conseguia porque podia e mandava. É muito importante que se divulgue, nos dias de hoje, a violência doméstica nestes contextos porque cárcere privado é crime e os abusos sexuais continuados são crime. Quando cheguei ao meu limite estava um ‘farrapo humano’... Já não era uma mulher. Negligenciava tudo, até a minha higiene pessoal e estive meses sem tomar banho. Quando me apercebi disso e olhei para o meu corpo imundo no espelho do quarto entrei em choque. Houve uma desistência de viver, mas sem pensar em suicídio. Eu cheguei a pensar que não aguentava e que as intenções dele eram que eu desse cabo da minha vida. Seria mais fácil para ele. Eu tinha um filho especial e menor de idade e era 12 anos mais velha do que ele. Cheguei a um ponto em que uma rapariga com quem mantenho uma relação de afinidade, como se fosse uma irmã, não aguentou mais o meu sofrimento e fez uma denúncia à PSP acerca da minha situação. Eu sempre tive dificuldade para apresentar queixa porque ele privava-me de telemóvel, de telefone fixo e de ter dinheiro na carteira. Eu apresentei a queixa sem ter consciência de que era uma vítima de violência doméstica porque pensamos sempre esta violência como agressão física. A ajuda existe e é possível. Há sempre uma vida e temos de acreditar em nós. Existem casas de abrigo e bons equipamentos. Hoje em dia, infelizmente, ainda se deturpa o ambiente que se vive dentro do equipamento para vítimas de violência doméstica. Isto é errado. Eu estou há 18 meses neste equipamento, construí aqui a minha paz, percebi a força que eu tenho e deram-me todas as ferramentas para construir a minha escada [de salvação]. Nós que estamos nestes equipamentos temos de passar uma mensagem de optimismo. A minha mãe está a viver comigo, há um ano e meio, mas se ela não tivesse podido estar comigo eu ficava cá e aguentava. Agora estou a viver uma vida nova com o meu filho e a minha mãe, de 82 anos.”

filme ou uma reportagem sobre uma violação e aquela noite é passada a sonhar com o abuso sexual que sofreu por parte do pai durante anos a fio.” Contudo, é importante referir que o sentimento que prevalece é de enxada no sistema e na reabilitação.

A INDIGNAÇÃO ASSUME A FORMA DE HASHTAG

O movimento #MeToo celebrou, no início de Outubro, um ano de existência e marcou o que parece ser, até agora, o início de um novo tempo na indústria do entretenimento e na luta das mulheres contra os diferentes tipos de agressão de género. O todo-poderoso produtor Harvey Weinstein foi erradicado do meio profissional e colocado diante da Justiça, a passadeira vermelha dos Globos de Ouro foi manchada de negro e a sucessão de rostos conhecidos com uma história negra para contar não parou desde então. O jornal The New York Times deu a conhecer a história ao mundo e a revista Time carimbou-a como revolucionária, elegendo “as quebradoras do silêncio” como Persons of the Year 2017 em Dezembro desse mesmo ano. A mesma revista fez, recentemente, uma capa ilustrada com Christine Blasey Ford, a professora de Psicologia que acusou o juiz Brett Kavanaugh, nomeado pelo Presidente Trump para o Supremo Tribunal, de a ter agredido sexualmente nos tempos de liceu. Apesar desta questão ter dividido a América e de os depoimentos de ambos terem atravessado várias fronteiras, Kavanaugh conseguiu os votos necessários no Senado para chegar ao posto para o qual estava nomeado. Mas mais uma vez, depois de uma primeira voz ter contado a sua história, outras se seguiram. Será que os movimentos como #MeToo e #TimesUp são benéficos para a violência e para a desigualdade de género ou podem revelar-se nocivos? Segundo Elisabete Brasil, “muitas mulheres julgavam-se sozinhas e quando ouviram que outras mulheres, e até mulheres que eram figuras públicas, eram agredidas, ‘saíram da casca’”. Daniel Cotrim destaca que “ao longo dos anos estamos todos mais intolerantes, mas falta-nos acção.” E salienta: “Estes movimentos são muito importantes porque desocultam problemas importantes. No caso do Movimento #MeToo, este teve a mais-valia de desocultar um problema de que todos falávamos, sobretudo as organizações, até porque lidamos com ele muitas vezes, e que é a questão do assédio e do assédio sexual.”

“Uma bofetada é uma morte anunciada.” Esta é, provavelmente, a frase mais curta da longa conversa com Elisabete Brasil. O Observatório das Mulheres Assassinadas, da UMAR, confirma que até ao início de Outubro deste ano já tinham sido assassinadas 21 mulheres (femicídios), estando, na altura em que escrevemos este artigo, ainda seis assassinios por confirmar. Mas existe esperança para acabar com a violência física contra as mulheres. Enquanto este texto era escrito foi anunciada a entrega do Prémio Nobel da Paz. Coincidência ou sinal do destino, o Comité Nobel Norueguês decidiu atribuir a distinção de 2018 a Denis Mukwege e a Nadia Murad “pelo seu esforço para acabar com o uso de violência sexual como arma de guerra e de conflito armado”. O médico, da República Democrática do Congo, tem dedicado a sua carreira às mulheres e crianças do sexo feminino vítimas de violência e a jovem yazidi que foi escrava sexual do Estado Islâmico [a Máxima publicou uma entrevista com Murad no número de Dezembro de 2017] já tiveram a vida em risco pelas causas que defendem e são os rostos de mais um nobre gesto para a sensibilização contra os crimes sexuais maioritariamente exercidos sobre mulheres em diferentes partes do mundo. Porque os direitos das mulheres são, afinal, direitos humanos. ○



Violência Sexual

Podemos, de facto, considerar que a violência sexual se organiza num contínuo em que, num dos seus extremos, encontramos formas de comportamento que não se revelam particularmente severas e, no extremo oposto, comportamentos face aos quais existe unanimidade na condenação social e judicial. O problema reside no risco de os indivíduos, famílias e comunidades poderem desenvolver processos socioculturais de aceitação de formas progressivamente mais graves e frequência da violência e abuso, que possam ser percecionadas como condutas normais. Famílias negligentes crónicas são geralmente multi-problemáticas, com défices persistentes, falta de recursos a todos os níveis, enquanto que as famílias negligentes não crónicas atravessam geralmente períodos de crise que ultrapassam as capacidades habituais de lidar com os problemas. A violência familiar é fruto de uma variedade de fatores não só individuais, mas também sociais, como desemprego, insegurança financeira, difíceis condições de trabalho, problemas de saúde, sendo afetados por estas condições quer marido e mulher, quer os filhos, estes últimos afetados não só pelas dificuldades de vida como pela violência exercida pelos pais, de forma direta e/ou indireta.

No seu conjunto, a informação obtida sobre violência sexual acaba por ser uma ponta do icebergue porque, muitas mulheres, por vergonha ou receio de serem culpabilizadas, não denunciam as situações de violência sofridas. E

apenas recorrem a serviços médicos quando sofrem consequências mais graves, desvalorizando as restantes situações de violência sexual, ou quando, por desconhecimento, já destruíram os elementos de prova do ato de violência sexual, impossibilitando a continuidade do processo criminal. O reconhecimento da violação matrimonial levou à sua criminalização em vários países: Áustria e Bélgica (1989), Irlanda (1990),

ção, a violência sexual permaneceu até muito recentemente socialmente legitimada. A mulher e o seu corpo foram concebidos como propriedade do homem, enquanto a construção da masculinidade acentua a sua sexualidade, justificando em certa medida, a violência sexual contra a mulher. Em relação à geografia da violência e, embora normalmente se associe a ocorrência de violência sexual às grandes cidades, a análise

Em relação à sua distribuição, constata-se que, em termos gerais, predominam as vítimas residentes na Área Metropolitana de Lisboa e na região Centro. Enquanto as mulheres que sofreram vários tipos de violência estão mais associadas à Área Metropolitana de Lisboa, as que foram vítimas apenas por violência sexual estão na região Centro. Ao nível do distrito, sobressaem os distritos de Lisboa e Porto (no

José Pires*



Esta evolução significou um aumento de 53,1% dos casos assinalados. Do total das 2.158 vítimas de crimes sexuais, registadas entre 2013 e 2016, cerca de 95,1% eram do sexo feminino. De acordo com os dados apurados, e no que diz respeito aos crimes e outras formas de violência, há um grande destaque para os crimes de violência doméstica (75,7%).

Relativamente à caracterização das vítimas de crime apoiadas pela APAV em 2017, a maioria eram do sexo feminino (82,5%), tinham idades compreendidas entre os 25 e os 54 anos (38,9%). O estado civil destas vítimas dividia-se sobretudo entre as vítimas casadas (28,2%) e as solteiras (23,1%). Em termos académicos e profissionais, o ensino superior apresentou-se como o grau de ensino menos referenciado (8,4%).

Fontes: ESTATÍSTICAS APAV 2013-2016, CRIMES SEXUAIS >18 ANOS ESTATÍSTICAS APAV, Relatórios ANUAIS, Relatório Anual 2017 "Filhos da Violência que Persistem", 6º encontro das comissões de proteção de crianças e jovens do Oeste, Cadáver

Trafico de mulheres em Portugal para fins de exploração sexual, Coleção Estudos de Género, CIG



Holanda e outros (1994), Alemanha (1997), França (2006), Islândia (2007), porém a violação matrimonial permanece impune em muitos países.

No quadro da família (violação matrimonial) e também no exterior da família no contexto da prostituição

segundo a dimensão populacional da localidade de residência mostra o contrário. Mais de 80% das vítimas de violência sexual reside fora das cidades de Lisboa e Porto, com especial prevalência nas localidades com população inferior a 10 000 habitantes.

total 44,6% das vítimas). Nota-se ainda que, apesar dos valores em termos absolutos serem baixos, a vitimação por vários tipos de violência associa-se mais a residência no distrito de Setúbal. Assim, e em termos geográficos, os resultados apontam no sentido



EXPLICADOR Cibercrime

Com a dominação do mundo virtual nos dias de hoje, cada vez mais, a criminalidade se servirá da internet. No âmbito do cibercrime, destaca-se o furto de identidade. O problema é que este é ainda pouco valorizado e compreendido pela população em geral. Fique a saber do que se trata e como atuar caso seja vítima.

Qualquer pessoa pode ser vítima, por isso torna-se importante conhecer os factores de risco. Não instalar um programa antivírus, aceder a links desconhecidos, enviar informação confidencial por e-mail, usar ligações wi-fi grátis e aceitar pedidos de amizade de pessoas desconhecidas, faz-nos estar mais desprotegidos.

Segundo dados da APAV, existem 378 milhões de vítimas de cibercrime por ano, um milhão por dia e 12 a cada segundo no mundo inteiro. Em Portugal, o crime virtual é a vertente do crime económico que mais tem crescido.

A obtenção dos dados da vítima pode ser levada a cabo por uma série de meios. Uma vez obtidos esses dados, o criminoso pode utilizá-los, então, para praticar crimes, podendo causar danos diretos à vítima. As redes sociais são onde, muitas vezes, este tipo de pessoas atua.

Dentro das redes, um dos esquemas mais utilizados é a publicação de conteúdos com títulos que despertam curiosidade, acompanhados de apelos do tipo “não percas este vídeo”. Quando a vítima clica para visualizar o referido conteúdo, pode estar a instalar inadvertidamente malware no seu computador.

A implementação de legislação adequada também desempenha um papel essencial na prevenção e combate ao cibercrime. No nosso país, os crimes previstos nesta matéria constam da Lei do Cibercrime e do Código Penal.

Podem estar a ser vítimas de furto de identidade e não saber. Os efeitos deste tipo de crimes podem ser mais nefastos se não forem detectados o mais cedo possível. Atenção máxima ao e-mail e ao perfil da rede social, por vezes pode enviar e-mails que não foram enviados por si ou ter post no facebook que não foram publicados por si. Vigilância sobre as contas bancárias também é fundamental.

Foi vítima de furto de identidade online? Deve, então, cancelar todos os cartões de crédito e fechar as contas a que o criminoso possa ter acesso. Depois, fazer queixa junto do Ministério Público, Polícia Judiciária, PSP ou GNR. O combate ao crime virtual começa na prevenção.





Opinião



**JOSÉ
JOAQUIM
FERREIRA
DOS SANTOS**

MEMBRO DO
BLOCO DE ESQUERDA
jferreirasantos@netcabo.pt

Por princípio sou absolutamente favorável à clara e transparente separação do poder político: legislativo, executivo e judicial. Nem outra coisa seria aceitável num regime democrático.

No entanto, como cidadão não posso deixar de estar preocupado com algumas decisões, que no mínimo, a meu ver, são levianas, para não as adjectivar mais e pior, tomadas por alguns meritíssimos juízes em julgamentos de questões que envolvem crimes sexuais, de violência doméstica e de género.

Nos últimos tempos alguns juízes da Relação do Porto têm evidenciado aquilo que já foi apontado como uma enorme falta de sensibilidade e uma inusitada preocupação com seguir mais os textos bíblicos e conceitos morais tradicionais do que responder à realidade social que se coloca neste século XXI.

As resoluções finais em casos deste tipo, consideradas por muitos como caracteristicamente misóginas e machistas, de juízes como Neto Moura ou do presidente da Associação Sindical dos Juizes Portugueses, Manuel Barros Soares, colocam as mulheres vítimas de violência doméstica, e até de violação, no lugar de culpadas. Entram no tribunal como vítimas e saem como culpadas. Estas situações não têm a ver com a letra da Lei, mas com a interpretação dada pelos juízes e plasmada nos acórdãos tornados públicos.

A Constituição da Republica, a primeira de todas as Leis, consagra a igualdade total entre homens e mulheres. Por que razão há juízes que procuram fundamentação em textos bíblicos sentenças profundamente desu-

manas e reaccionárias? Portugal é um Estado laico não um estado confessional. Argumentem com uma visão ética mais aberta e humanista e ponham de lado a visão moral serôdia e culpabilizadora.

Quando se julgam processos de violência doméstica, assiste-se também a resoluções que permitem que agressores possam continuar a viver no mesmo local das vítimas, sem salvaguardar os direitos e interesses de quem é agredido, ofendido e permanentemente ameaçado, o que tem levado a que as agressões não só continuem como até terminem em assassinatos.

Cabe a todos exigir das autoridades democráticas uma maior atenção, maior preocupação e até responsabilização, além de medidas imediatas, que permitam minorar e prevenir a violência de género e as suas consequências mais graves, como a morte. Para tal é necessário alterar o código Penal, acomodando na nossa estrutura judicial os pressupostos da Convenção de Istambul, no tocante aos crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual, alinhando a legislação portuguesa sobre a violência doméstica e violação com os padrões consensualizados internacionalmente sobre os direitos humanos.

O número elevado de casos terríveis e inaceitáveis de mulheres assassinadas pelos companheiros tem de merecer uma maior atenção por parte das autoridades, atacando os sinais denunciados pelos actos de violência doméstica, que constituem crime público e que devem ser imediatamente referenciados.

As manifestações cívicas de repúdio realizadas em várias cidades, contra as tomadas de posição nos tribunais, face a estes crimes de violação dos direitos humanos são uma prova de que a sociedade está preocupada com a falta de sensibilidade judicial para estes problemas.

Também a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) reiterou recentemente a reivindicação que vem fazendo de

"maior investimento" na formação de magistrados para se evitar decisões judiciais como a que confirmou penas suspensas a dois homens que abusaram sexualmente de uma mulher inconsciente numa discoteca em Gaia.

Para a APAV, "decisões como esta reforçam a necessidade de um maior investimento na formação dos magistrados sobre estas matérias, não tanto no que se refere ao enquadramento legal que baliza o julgamento da causa, mas na análise mais vasta da factualidade em apreciação".

Este ano o prémio Nobel da Paz constitui um acto da maior justiça. A atribuição do prémio Nobel a dois lutadores pelos direitos humanos contra a violência sexual, o médico congolês Denis Mukwege, que tem lutado para acabar com os crimes de violência sexual usados como arma na guerra e à jovem iraquiana de etnia yazidi, Nádía Murad, que teve a coragem de expor os abusos a que foi sujeita após o seu rapto pelo grupo terrorista chamado estado islâmico, durante o seu cativeiro na cidade de Mossul e de onde conseguiu fugir. A entrega deste prémio pode alargar a discussão pública, de forma mais aberta sobre estes graves problemas, espere-mos que seja a tal pedrada no charco para fazer avançar qualquer coisa.

O reconhecimento da realidade expresso nas declarações do Juiz António Joaquim Piçarra, novo presidente eleito do Supremo Tribunal de Justiça, na sua tomada de posse, "os juizes têm de acompanhar as evoluções sociais" e deixarem de parte "quaisquer preconceitos ou matrizes retrógradas", traz alguma esperança num diferente tratamento dos crimes de violência de género,

O aparelho da Justiça deve merecer a maior confiança por parte dos cidadãos, cabe-lhe proteger e punir, esbatendo as diferenças de poder entre grupos e indivíduos e consagrando o direito de todos à igualdade perante a Lei.

Mais Justiça

Município de Boticas e APAV de Vila Real promoveram *workshop* sobre violência doméstica

Decorreu no passado dia 9 de outubro, no edifício dos Paços do Concelho, em Boticas, um *workshop* sobre “Acolhimento de vítimas de violência doméstica em centros de acolhimento: A Casa de Abrigo Sophia”, promovido pela APAV em parceria com a autarquia.



Na sessão foram abordadas as diferentes problemáticas relacionadas com a violência doméstica, nomeadamente o processo de encaminhamento das vítimas para as casas de abri-

go, o acolhimento de emergência, entre outras, adianta na sua página oficial a Câmara de Boticas.

A ação teve como público-alvo os técnicos das instituições

locais, nomeadamente da autarquia e da Santa Casa da Misericórdia, contando ainda com a presença do comandante do Posto da GNR de Boticas, Armindo Serra.

APAV ajudou mais de 5600 idosos vítimas de crime nos últimos quatro anos

37,4% dos agressores são os próprios filhos e 27,6% o cônjuge



DN / Lusa

01 Outubro 2018 — 13:48



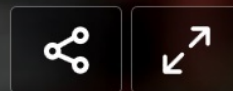
TÓPICOS

Mais de 5600 pessoas idosas foram vítimas de crime e de violência nos últimos quatro anos, segundo a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, sobretudo mulheres agredidas pelos filhos, que viveram nesta situação entre dois e seis anos.

Dados da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), quando se assinala o Dia Internacional da Pessoa Idosa, revelam que entre 2013 e 2017 a associação ajudou 5683 pessoas idosas, em que a maioria (4556) foram vítimas de crimes e de violência.

Violência

APAV regista aumento de crime contra pessoas idosas



Dados revelam que denúncia ocorre após anos de sofrimento

Foto: Lisa Soares / Arquivo Global Imagens

Dina Margato

01 Outubro 2018 às 11:24



 COMENTAR

Entre 2013 e 2017, os processos de pessoas idosas vítimas de crime e violência aumentaram 22%, revelou a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, que atende, em média, 18 pessoas por semana. O valor está longe de refletir esta realidade "trágica e silenciosa", como a classifica a organização.

Durante estes quatro anos, foram abertos 5683 processos de apoio a idosos, vítimas com mais de 65 anos. O retrato realizado a pretexto do Dia Internacional da Pessoa Idosa, que se assinala esta segunda-feira, aponta um total de 10740 crimes, sendo 8561 deles classificados na categoria de violência doméstica.

Crimes de violência contra pessoa idosa aumentaram 22%

Os dados são da APAV na data em que se assinala o Dia Internacional da Pessoa Idosa

ERICA FRANCO / PAÍS / 01 OUT 2018 / 09:25 H.



A APAV associa-se, uma vez mais, à iniciativa anual do Dia Internacional da Pessoa Idosa. Data instituída, em 1991, pela Organização das Nações Unidas (ONU), com o objectivo de sensibilizar a sociedade para as questões do envelhecimento e para a necessidade de proteger e cuidar a população mais idosa.

Infelizmente, nas sociedades contemporâneas, o envelhecimento está associado aos fenómenos do crime e da violência contra as pessoas idosas.

De acordo com os dados da APAV, entre 2013 e 2017, os processos de pessoas idosas vítimas de crime e de violência aumentaram 22 %.

Só em 2017, a APAV apoiou 944 pessoas idosas, o que equivale a uma média de 18 pessoas apoiadas por semana.

NACIONAL



APAV ajudou mais de 5.600 idosos vítimas de crime nos últimos quatro anos

01/10/2018  Lusa

Mais de 5.600 pessoas idosas foram vítimas de crime e de violência nos últimos quatro anos, segundo a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, sobretudo mulheres agredidas pelos filhos, que viveram nesta situação entre dois a seis anos. Dados da Associação Portuguesa de Apoio à [...]

APAV assinala Dia Internacional da Pessoa Idosa lembrando que violência está a aumentar

👤 Terra Ruiva 🕒 4 semanas atrás 📁 Pessoas, Vida 💬 Deixe o seu comentário 👁 287 Visitas

A APAV associa-se, uma vez mais, à iniciativa anual do Dia Internacional da Pessoa Idosa, instituído em 1991 pela Organização das Nações Unidas (ONU), com o objetivo de sensibilizar a sociedade para as questões do envelhecimento e para a necessidade de proteger e cuidar a população mais idosa.

Neste dia, a APAV divulgou o seguinte comunicado: «Infelizmente, nas sociedades contemporâneas, o envelhecimento está associado aos fenómenos do crime e da violência contra as pessoas idosas. O reconhecimento da vitimação dos mais velhos tem sido lento, mas é hoje um fenómeno cada vez mais evidente dentro do processo de envelhecimento populacional mundial. O envelhecimento, pode afirmar-se, é um dos maiores desafios do século XXI.



A violência contra as pessoas idosas constitui um problema social, de segurança e de saúde pública, e o seu combate eficaz pode contribuir para um futuro mais inclusivo, onde todos sejam respeitados ao longo do ciclo de vida, nomeadamente no contexto de um envelhecimento ativo e saudável.

A APAV apoia as pessoas idosas e as suas famílias, prestando-lhes apoio jurídico, psicológico e social, e conta com a colaboração de outras instituições, públicas e privadas. Contamos também com todos e todas: com vizinhos e vizinhas, com os conhecidos e as conhecidas das vítimas, cujo papel pode ser muito importante, sobretudo na denúncia das situações de violência.

Entre 2013 e 2017, os processos de pessoas idosas vítimas de crime e de violência aumentaram 22 %. Só em 2017, a APAV apoiou 944 pessoas idosas, o que equivale a uma média de 18 pessoas apoiadas por semana. Este aumento de casos, contudo, bem como os registados pelas estatísticas

oficiais da Justiça, não reflete a realidade diária das vítimas - ainda mais trágica e silenciosa.

Depois de baterem, “os agressores dão flores e são amantes maravilhosos para se desculpabilizarem. A vítima é que se sente culpada”

4/10/2018, 11:46

A violência doméstica não para de aumentar. Daniel Cotrim, da APAV, fala da dificuldade em traçar um perfil de quem bate. A situação é dura.



Que traços de personalidade apresentam os agressores? A que sinais é que as mulheres devem estar alerta?

Um fundo a preto, um “apagão feminino”. Deve ter visto isto na foto de perfil de Facebook de muitas das suas amigas, na segunda-feira, 1 de outubro. O objetivo: alertar para a luta contra a violência doméstica. Como é que seria o mundo sem mulheres? Era esse o imaginário que se propunha e, por isso, das 8 às 21 horas, algumas utilizadoras retiraram a sua fotografia de perfil e substituíram-na por um quadrado negro.

Rita Mendes, DJ e apresentadora de televisão, não escondeu a cara e revelou, na sua conta de Instagram, parte da sua história: **“Sei bem o que é quase perder as forças por ‘acreditar’ merecer as ofensas, críticas e safanões emocionais. Sei bem o que é sofrer retaliações sociais e familiares e sentir-me tão em baixo que acreditava ‘não valer nada’.** Sei o que é não ter com quem falar e sentir vergonha de mim mesma. Por isso, não apago nada. Por isso, dou a cara e olho nos olhos. Por isso, digo a quem passa pelo mesmo, ou por pior, que é possível ser feliz depois da libertação, pode demorar tempo demais, mas o medo nunca deve superar o nosso direito de nos amarmos a nós mesmas/os. Eu sou feliz e livre agora. Em tempos, não fui. E uma foto cheia de altivez, de orgulho, confiança e amor próprio é, para mim, o ideal para marcar este momento.”

A MAGG contactou a apresentadora, para que aprofundasse um pouco mais a sua história, mas Rita Mendes preferiu não voltar a viver estes episódios, e preferiu não acrescentar mais.

Segundo o **Relatório Anual** da Associação de Apoio à Vítima (APAV), as queixas de agressões estão a crescer. “Foi possível identificar um aumento do número total de atendimentos na ordem dos 19% entre 2015 e 2017”, pode ler-se. A violência doméstica é o maior problema: “De acordo com os dados apurados, e no que diz respeito aos crimes e outras formas de violência, os **crimes contra as pessoas apresentam-se com uma dimensão na ordem dos 95% face ao total de crimes registados, com grande destaque para os crimes de violência doméstica (75,7%).**”

É fácil identificar um agressor? Há um perfil que reúna características comuns? Segundo Daniel Cotrim, psicólogo da APAV, “há muito pouca coisa feita em Portugal em relação a estudos de perfil”. Ainda assim, pelo trabalho que esta associação realiza junto da vítima, **é possível identificar alguns traços, mais ou menos consistentes e transversais.**

As vítimas

De acordo com o mesmo Relatório Anual, referente a 2017, “relativamente à caracterização das vítimas de crime apoiadas pela APAV em 2017, a maioria eram do sexo feminino (82,5%), tinham idades compreendidas entre os 25 e os 54 anos (38,9%). O estado civil dividia-se sobretudo entre as vítimas casadas (28,2%) e as solteiras (23,1%) e pertenciam a um tipo de família nuclear com filhos/as (33,4%).”

O termo agressor é amplo, sendo que há três tipos que prevalecem e que podem, ou não, coexistir na mesma pessoa: destacam-se os agressores sexuais, os agressores de violência doméstica e os agressores homicidas. “Cada um deles tem traços diferentes, que observamos do ponto de vista do comportamento, e que vemos sobretudo na forma como cometeu o crime.”

Em qualquer um dos cenários, referimo-nos a pessoas absolutamente comuns. Mas aqui há que entender que a palavra “comum” pode ter dois

significados: quer dizer que, por um lado, “qualquer um pode vir a ser criminoso, por um conjunto de circunstâncias e aspetos da nossa personalidade que podem desencadear isto”, mas que, por outro, existem falhas no sistema que não permitem detetar possíveis distúrbios de quem agride. Ou seja, na história destes agressores quase nunca há referência a um quadro de saúde mental, o que não significa que não exista um problema.

“Não há despiste de problemas de saúde mental em Portugal quando os crimes são cometidos. Os agressores caem nas malhas do sistema, mas o sistema não tem capacidade para detetar isto”, diz Daniel Cotrim. “Quanto mais precoce fosse a detetação, mais facilmente se trabalhariam as questões da segurança e da proteção e, assim, não se deixavam perpetuar os crimes”, acrescenta, lembrando que “em alguns dos homicídios que aconteceram este ano percebeu-se que havia de facto doença mental associada.”

Segundo o dados recolhidos pela APAV, “o tipo de vitimação continuada foi o mais registado em 2017, representando 75% dos casos.”

A vítima será, à partida, a pessoa que melhor conhece o agressor, sobretudo em crimes de intimidade. “Conhece-lhe os hábitos todos. Com base nisto, e com as informações que vamos reunindo, conseguimos construir um retrato daquele agressor”, explica. “Juntando vários aspetos de vários agressores conseguimos chegar a esta espécie de retrato de que é que pode ser um agressor sexual, de violência doméstica ou até do que é que pode levar este agressor a transformar-se num homicida.”

Se por um lado a agressividade é uma característica que nasce com o próprio ser humano, por outro, a violência “é construída e aprendida”. Quem cresce num ambiente violento terá mais probabilidade de se vir a tornar numa pessoa violenta ou numa vítima, ainda que haja sempre a possibilidade de usar a experiência a seu favor. **“Se eu nasci num ambiente violento, tenho três fins possíveis: ou aprendo e me identifico com o agressor e envolvo-me com pessoas da mesma forma, utilizando o conflito como forma de resolver os problemas; ou me identifico com a vítima e vou à procura de relações em que eu me sinto vitimado; ou fico resiliente e consigo usar esse mesmo esforço para viver de forma pacífica e organizada.”**

A violência e o poder

A 20 de setembro o Tribunal da Relação do Porto condenou um segurança e um barman de uma discoteca a quatro anos e meio de prisão, com pena suspensa, por considerar que a violação de uma jovem inconsciente na casa de banho não representava um mal “elevado”, tendo sido fruto de “sedução mútua”. Seis dias depois, 400 pessoas reuniram-se na Praça Amor de Perdição a protestar: “É violação, não é sedução.”

“ Quando damos a oportunidade à segunda vez, o outro [o agressor] acredita que nós somos mais fracos, vai experimentar novamente e vai usar isto contra nós: ‘Eu achei que tu deixaste’. Por isso é que as vítimas sofrem de muita culpa e dizem: ‘Eu fui deixando’.”

“Qualquer comportamento violento está ligado a questões de poder, de controlo e de domínio”, diz Daniel Cotrim. “Os agressores sexuais, num contexto de intimidade, ou os violadores são movidos por dificuldades de auto-controlo. É viver no limite, é a sensação de controlo”, diz. Não é pelo prazer sexual, mas “pelo prazer do domínio, de submeter alguém a um conjunto de coisas que noutras circunstâncias não conseguiriam.”

Os agressores

“Quanto aos agressores, mais de 80% eram do sexo masculino e tinham idades compreendidas entre os 35 e os 54 anos (23,3%). Cerca de 30% eram casados e possuíam uma ocupação profissional (32,1%)”, avança a mesma análise da APAV.

Neste contexto é comum o crime ser premeditado. É comum conhecerem bem os hábitos da vítima. “Falamos muito disto [com as vítimas] para vermos se os comportamentos são consistentes. Tentamos perceber se fazem os mesmos percursos, passam à mesma hora, que tipos de caminhos e depois vamos tentar perceber se há comportamentos homólogos. Isto tudo somado dá o perfil do agressor sexual.”

Com os agressores de violência doméstica e homicidas é diferente. “Tem a ver com questões da própria regulação emocional”, explica o psicólogo. Têm dificuldade em controlar os impulsos, avançando no “conflito a grande velocidade.”

A violência doméstica é um crime que ocorre sobretudo entre as paredes de casa. De acordo com os dados recolhidos pela APAV, divulgados no mesmo relatório, “os locais do crime mais referenciados foram a residência comum, a residência da vítima e o lugar/via pública”.

Batem, insultam, mas, depois, tentam esconder. Depois de baterem, “os agressores dão flores e são amantes maravilhosos para se desculpabilizarem. A vítima é que se sente culpada”.

Cá fora, ninguém consegue conceber que esta seja a realidade daquela família ou casal. Regra geral, num contexto laboral e social, os agressores são pessoas muito corretas, que agem sempre em conformidade. São altamente assertivos, mas pacíficos. São indivíduos que tentam ajudar, pessoas bem dispostas e aparentemente felizes.

“Conseguem controlar a raiva e a zanga fora de casa, porque aí seria desmascararem-se, mas na intimidade elas aparecem.”

O recalçamento destas emoções é muitas vezes o pretexto para a agressão. “Desculpa, bati-te porque o meu chefe discutiu comigo”, exemplifica o psicólogo.

Da mesma forma que todos nos podemos tornar em agressores, também podemos acabar no lugar da vítima. Acreditam nas coisas em que toda a gente acredita:

“Acreditam que quando encontramos a pessoa certa vai ser para sempre. Vamos ter projetos, coisas em conjunto, vamos querer ter filhos”, diz o psicólogo. “A grande questão é que a partir de um certo momento passa a ser uma dose de sacrifício muito grande, que deixou de vir do coração. É assim que se vai dando mais oportunidade, mais tempo.”

Quando a ansiedade evolui para perturbação

É diferente do stresse. É diferente da depressão. Pode ser uma emoção do quotidiano, mas pode agravar-se e evoluir para causar mal-estar.

Por Ana Luísa Bernardino



O primeiro sinal de alerta é difícil de identificar, mas, segundo Daniel Cotrim, “**resume-se ao momento em que as pessoas sintam, nem que seja por instantes, que a liberdade delas está a ser cerceada. Que, por instantes, lhes pareça que o ‘não’ que disseram não teve qualquer efeito.**”

A desculpabilização poderá deixar uma porta aberta. É um precedente, que potencialmente irá originar mais abusos. “Quando damos a oportunidade à segunda vez, o outro [o agressor] acredita que nós somos mais fracos, vai experimentar novamente e vai usar isto contra nós: ‘Eu achei que tu deixaste’. Por isso é que as vítimas sofrem de muita culpa e dizem: ‘Eu fui deixando’.”

Este trabalho com a vítima é fundamental. “É crucial que compreenda que a culpa não foi dela, que não percebeu os sinais, que a outra pessoa é que teve consciência de que estava a fazer algo errado, que não devia fazer.”

O controlo coercivo alastra-se gradualmente a todos os campos da vida: aos amigos, à família, ao dinheiro, ao trabalho. Em todos os sítios por onde a vítima passa, é comum haver um suposto amante. “Coordeno casas-abrigo e quantas mulheres é que não tiveram de sair do emprego porque eles achavam que tinham amantes em todo o lado? Chega-se a um ponto em que a vida destas mulheres está tão cheia disto que elas cortam com tudo e isolam-se. Deixam de contactar com os familiares, com os amigos. Em simultâneo, o controlo cresce.”

A escalada da violência pode crescer para dois sítios: para a violação e, por último, para o homicídio. “Há um primeiro momento em que ele quer ter relações sexuais e elas dizem que não porque acham que podem mudá-lo a partir daí”, explica. “Só que à segunda ou à terceira vez ele vai violá-la e forçá-la. Há um padrão nisto. À quinta vez, e se houver filhos, ela diz: ‘Ok. Mas não faças barulho.’”

De todas as agressões, as sexuais são as que as mulheres mais demoram a contar. “Sentem-se carregadas de culpa”, diz Daniel Cotrim. Os filhos não são vítimas indiretas. “As crianças são vítimas diretas. Esta exposição afeta-os muito. Mesmo quando as mulheres acham que os filhos não ouvem nada, porque tudo acontecia ‘às quatro da manhã’, ao falarmos com eles, vemos que eles percebiam tudo. Ouvimos coisas como: ‘Eu ouvia o meu pai a fazer mal à minha mãe e tapava a cabeça com os lençóis.’”

São eles que muitas vezes acabam por salvar as vítimas. “Conheço muitos miúdos assim. Há muitas mães que estão em casas-abrigo porque são levadas pelos próprios filhos”, diz. “São eles que lhes dizem: ‘Se não saís de casa, se não foges ou se não fazes alguma coisa, ele mata-te.’”

As grandes dificuldades na “regulação emocional” são também uma característica de quem acaba por cometer o homicídio, tanto que o mais comum é o crime “ocorrer no auge do conflito, da excitação, de algo que motivou aquilo tudo.” Na maioria das vezes, não é premeditado. “Em geral, mata de forma impulsiva, porque tem um problema de controlo de impulsividade, dependendo do ambiente em que se encontra.”

Em nada se assemelham aos psicopatas. “Se olharmos para os casos [de homicídios conjugais], notamos que, na grande maioria das vezes, eles tentam esconder a situação, apagar os vestígios. Tentam matar-se imediatamente após a morte da vítima”. O psicopata age de forma inversa. Não mata por impulso. O crime é “altamente premeditado” e não mata indiscriminadamente, mesmo quando parece que é. Nunca tenta esconder os crimes. Pelo contrário: “Quanto mais publicidade têm, melhor.”

Mulheres assassinadas são quase sempre vítimas de violência doméstica

De acordo com o estudo “Homicídio, femicídio e stalking no contexto das relações de intimidade; contributos para o estudo da realidade portuguesa”, dirigido por Cristina Soeiro, que analisou 43 casos de femicídio (homicídio de mulheres), ocorridos entre 2010 e 2015 na área da Grande Lisboa — desenvolvido pela Polícia Judiciária, em parceria com investigadores do ISCSEM (Instituto Superior de Ciências da Saúde Egas Moniz, da Universidade do Minho e Ministério Público) — **46,4% das mulheres que foram assassinadas pelos companheiros (entre 2010 e 2015) já tinham apresentado queixa às autoridades por violência doméstica.**

A mesma investigação demonstrou que 61,1% dos casos de femicídio já tinham histórico de violência. Os primeiros meses de uma separação revelaram ser o período mais perigoso e um dos fatores de risco, assim como os ciúmes e suspeita de infidelidade por parte do agressor.

Este é um dos poucos estudos realizados em Portugal que define um perfil para o agressor: **caucasiano, 51 anos, casado, habilitação literária de primeiro ciclo e empregado na construção civil.** Nas profissões, logo a seguir, são apontados os trabalhadores na área dos serviços, os motoristas e só depois as profissões qualificadas, sendo que apenas 2,3% dos agressores têm o ensino superior.

Aquilo que permite que a violência escale até ao homicídio está no próprio sistema, que não tem capacidade para evitar estes crimes. A justiça não consegue, por um lado, proteger as vítimas e, por outro, aplicar medidas de coação aos agressores. De acordo com o **Relatório Anual de Monitorização da Violência Doméstica**, referente a 2016 e publicado em 2017, 78% dos 45 mil inquéritos por violência doméstica comunicados à Secretaria-Geral do Ministério de Administração Interna foram arquivados, **74,6% por falta de provas. Dos poucos casos que chegam a acusação e que vão julgamento, apenas 58% acabaram em condenação, sendo que nove de cada 10 condenados têm a pena suspensa.**

Daniel Cotrim considera que o trabalho com o agressor não deve terminar com o fim da medida ou da pena. “Tem de continuar”, porque, no processo de reabilitação, é importante trabalhar, não só os aspetos psicoterapêuticos, mas também uma nova perspetiva das relações com os outros. É importante “desmontar estereótipos e os mitos associados a estas questões”, de forma a evitar que volte a ocorrer. “É um crime com grande taxa de reincidência.”

Paralelamente, a vítima também precisa de apoio. “Há homens que vão para programas de apoio para agressores, porque, por ter sido o único e primeiro crime que cometeram, o tribunal decide que vão cumprir uma medida que é cumprir um plano de apoio para agressores. Mas isto devia ser acompanhado com um plano para as vítimas, ao mesmo tempo, porque eles continuam a viver um com o outro. E as vítimas acreditam muito que o sistema é suficientemente bom e reparador e que vai reparar a relação delas. Elas acreditam que aqueles seis meses a um ano vão ser o suficientes”, explica. “Aquilo que nós defendemos é que se tem de trabalhar com as vítimas paralelamente: desde as questões da segurança, dos riscos, aos mitos e estereótipos, porque muitas vezes estas mulheres acreditam nas mesmas coisas que os homens.”



EMPUBLICO.PT

A diplomacia da fé que move montanhas

Nem sempre uma visita papal é apenas uma questão de fé, mas um instrumento para influenciar a política e a história. Nesta fotogaleria, recordamos as viagens dos líderes da Igreja Católica.

<https://www.publico.pt/multimedia>

Uma batalha de rap contra a discriminação

Aqui não há insultos, só palavras de encorajamento. M7 (Marta Bateira, mais conhecida por Beatriz Gosta) e Kiki Pais de Sousa digladiam-se com palavras ritmadas num vídeo da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima.

<https://www.publico.pt/p3>

Google recorre da multa recorde da União Europeia

O Google está a lutar contra a multa-recorde de 4340 milhões de euros aplicada pela Comissão Europeia devido a práticas anticoncorrenciais com o sistema operativo Android. Agora, surge o recurso.

<https://www.publico.pt/tecnologia>

O elevado risco de esgotamento dos alunos de Medicina

É um dos cursos superiores mais exigentes. Os alunos de Medicina estão sob risco acrescido de esgotamento. A Universidade do Minho tem um programa especial de acompanhamento destes estudantes.

<https://www.publico.pt/p3>



SOLIDARIEDADE

'Rappers' portugueses contra o ódio e violência

“Combate o ódio com respeito” é o lema da nova campanha da APAV - Associação Portuguesa de Apoio à Vítima.

REDAÇÃO
redacao@destak.pt

Nova campanha tem presença sobretudo 'online', através de vídeos onde são recriadas 'rap battles' (batalhas entre 'rappers'), nas quais habitualmente são trocadas ofensas e insultos, «à semelhança do que acontece na relação entre o autor do crime de ódio ou de violência discriminatória e a vítima que sofre desse crime ou ato de violência», explicou, à Lusa, Mafalda Valério, gestora de projetos da APAV, ressaltando que, «nesta campanha, a luta é contra o ódio» e, por isso, as vítimas ouvem «palavras de respeito», conclui sobre uma campanha composta por «cin-



Papillon, que se estreou a solo recentemente, é um dos convidados

co vídeos, que abordam as várias vítimas e as várias formas de vitimização».

Cinco vídeos, cinco caras

A campanha arrancou a 26 de setembro, com a divulgação de um vídeo no qual o 'rapper' Malabá se dirige às minorias étnicas e religiosas e comunidade LGBTIQ. A 1 de outubro foi divulgado o vídeo de Ace, ex-Mind Da Gap, dirigindo-se a um jovem negro. Esta semana, a APAV difundiu um terceiro vídeo, protagonizado por M7 (Marta Bateira aka Beatriz Gosta), falando com uma mulher transexual. O próximo vídeo a ser divulgado, na segunda-feira, foca-se no ódio e intolerância religiosa, e é estrelado por Papillon, dos GROgnation. O último, focado no ódio a imigrantes e refugiados, será divulgado a 22 de outubro, e terá como protagonista Estraca.



APAV lança campanha de combate aos crimes de ódio

A APAV – Associação Portuguesa de Apoio à Vítima pôs em marcha o movimento “Respect Battles”, com o lema “Combate o ódio com respeito”.

A campanha pretende combater crimes e discurso de ódio através da música, mais propriamente o hip-hop, inspirando-se nas “rap battles” em que os rappers se defrontam mas alterando radicalmente o conceito.

Com a participação de cinco figuras do hip-hop português, Malabá, ACE, M7, Papillon e Estraca, a APAV quer combater os crimes e discurso de ódio, convidando os artistas a embarcarem nas tais “respect battles”, qualquer coisa como “batalhas de respeito” em

sentado um filme novo em cada semana.

A campanha Respect Battles foi desenvolvida no âmbito do projeto “Ódio Nunca Mais: Formação e Sensibilização para o Combate aos Crimes de Ódio e Discurso de Ódio”. O projecto conta com o cofinanciamento do Programa Justiça da União Europeia e com a parceria nacional da Polícia Judiciária e da Procuradoria-Geral da República, bem como com a parceria associada da Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, e ainda com várias organizações europeias parceiras.



português.

Assim, os protagonistas são colocados frente-a-frente com as vítimas, gerando-se uma dinâmica em que não são trocados insultos, mas sim palavras de respeito.

De acordo com a APAV, cada uma das batalhas tem como alvo quatro crimes de ódio: ódio étnico e racial (ACE); ódio a pessoas LGBTI+ (M7); ódio e intolerância religiosa (Papillon); e ódio a imigrantes e refugiados (Estraca). O rapper Malabá criou um tema geral, no qual são abordados os outros quatro tipos de crimes de ódio. Cada um destes artistas protagoniza um filme, e será apre-

dezanove

O poderoso vídeo da APAV contra o preconceito

© 08.10.18



É mesmo a Beatriz Gosta na imagem juntamente com Kiki Pais de Sousa, se a primeira é uma personagem de ficção interpretada por Marta Bateira, já Kiki é uma [mulher da qual já falamos variadas vezes no dezanove.pt](https://www.dezanove.pt).

Ambas estão frente a frente com o mesmo lema: "Combate o ódio com respeito", na nova campanha da APAV - Associação Portuguesa de Apoio à Vítima. O vídeo lançado esta segunda-feira nas redes sociais é um dos quatro temas que está a ser trabalhado pela associação: quatro crimes de ódio: ódio étnico e racial (protagonizado por [Ace](#)); ódio a pessoas LGBTQI+ (a rapper M7 aka Marta Bateira); ódio e intolerância religiosa (protagonizado por [Papillon](#)); e ódio a imigrantes e refugiados (protagonizado por Estraca - [Carlos Guedes Estraca](#)).

A campanha é inspirada no conceito das Rap Battles - as batalhas musicais que têm o ódio como génese e nas quais são trocadas ofensas e insultos, à semelhança do que acontece na relação entre quem odeia e quem é alvo desse ódio. Nesta campanha, a luta é contra o ódio e não contra as pessoas. Aqui, os protagonistas são colocados frente-a-frente com as vítimas - e, em vez de gritarem palavras de ódio, gritam palavras de respeito.

Vê agora o vídeo que começou hoje a ser partilhado:

APAV

“Nasceste assim para pôr fim ao preconceito”. M7 (Beatriz Gosta) e o hip hop estão contra o ódio a minorias

9/10/2018, 20:06 9

Para uma campanha financiada em parte pela UE, a APAV pôs frente a frente rappers e vítimas de ódio contra minorias. Nestas battles, as rimas são de incentivo. Ace e Papillon também participam.

Partilhe     

M7 é o alter-ego de Marta Bateira no hip hop, com o qual partilha palco com Capicua. Marta tem também uma personagem popular no Youtube, Beatriz Gosta

Youtube

Chamam-se #respectbattles e, ao contrário das habituais batalhas de rimas do hip hop, têm como adversário não um rapper rival mas sim a propagação do ódio. A APAV (Associação Portuguesa de Apoio à Vítima) pediu aos rappers portugueses do movimento hip hop que dirijam palavras de incentivo a vítimas de discriminação, para esta campanha de sensibilização, e o terceiro vídeo, publicado esta terça-feira, conta com a rapper M7, que acompanha Capicua em palco e que tem um alter-ego muito popular no Youtube, Beatriz Gosta.

M7, que na verdade se chama Marta Bateira, ficou responsável por proferir palavras contra a discriminação a pessoas LGBTQ+ (lésbicas, gays, bissexuais, transgénero, intersexuais, queer), no terceiro vídeo desta campanha. Nele, vê-se M7 falar com uma pessoa que simboliza as vítimas desse preconceito, dizendo-lhe “acredita em ti, em ti tudo é perfeito / nasceste assim para pôr fim ao preconceito”, “não tenhas medo porque não estás sozinha” ou “o direito à liberdade não tem sexo, credo ou cor / quem diz que é promiscuidade sabe zero de amor”.



ATUAÇÃO DA APAV

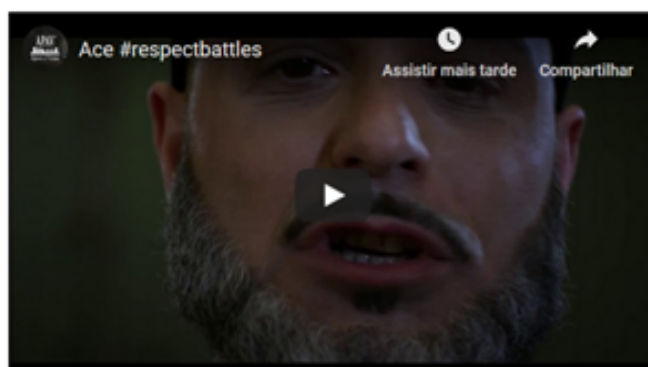
Número de atendimentos feitos pela Associação Portuguesa de Apoio à Vítima



Fonte: APAV a 27/03/2018

Suavidade

Antes de M7, já tinham sido reveladas as rimas de Malabá, rapper e dinamizador do campeonato de batalhas de hip hop Liga Knockout, e Ace, fundador do grupo precursor do hip hop do Porto, Mind da Gap. Ace tinha dedicado a sua batalha de rimas ao ódio étnico e racial, proferindo palavras a um rapaz negro como “mandam-te para a tua terra como se não fosse esta”, “quem te julga pela pele não se sente bem na dele”, “racismo é inveja, medo, fraqueza, complexo” e “sou pela diversidade e união pelo amor”.



A campanha de sensibilização “conta com o cofinanciamento do Programa Direitos, Igualdade e Cidadania/Justiça da União Europeia, com a parceria nacional da Polícia Judiciária e da Procuradoria-Geral da República, bem como com a parceria associada da Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, e ainda com organizações europeias parceiras”, refere o site da APAV. Entre as últimas organizações estão a Faith Matters (Reino Unido), Solidarci (Itália), Swedish Crime Victim Compensation and Support Authority (Suécia), Victim Support Austria (Áustria) e Victim Support Malta (Malta). Nos países parceiros serão realizados vídeos semelhantes.

Papillon: o hip hop em 2018 não vai ser o mesmo

“Talvez esta seja a hora deste boy bazar para a terra prometida”, rima Slow J no primeiro álbum de Papillon, revelado esta semana. “Isto sou eu”, resume o rapper ao Observador.

Por Gonçalo Correia, Diogo Lopes



[Ler artigo](#) [Partilhar artigo](#)

OBSERVADOR

Em Portugal, os próximos vídeos desta campanha serão protagonizados por Papillon, rapper do grupo GROGNation e autor do disco a solo Deepak Looper, e Estraca. O primeiro enfrentará uma vítima de ódio e intolerância religiosa, o segundo uma vítima de ódio a imigrantes e refugiados, e os vídeos serão publicados respetivamente a 15 e 22 de outubro.

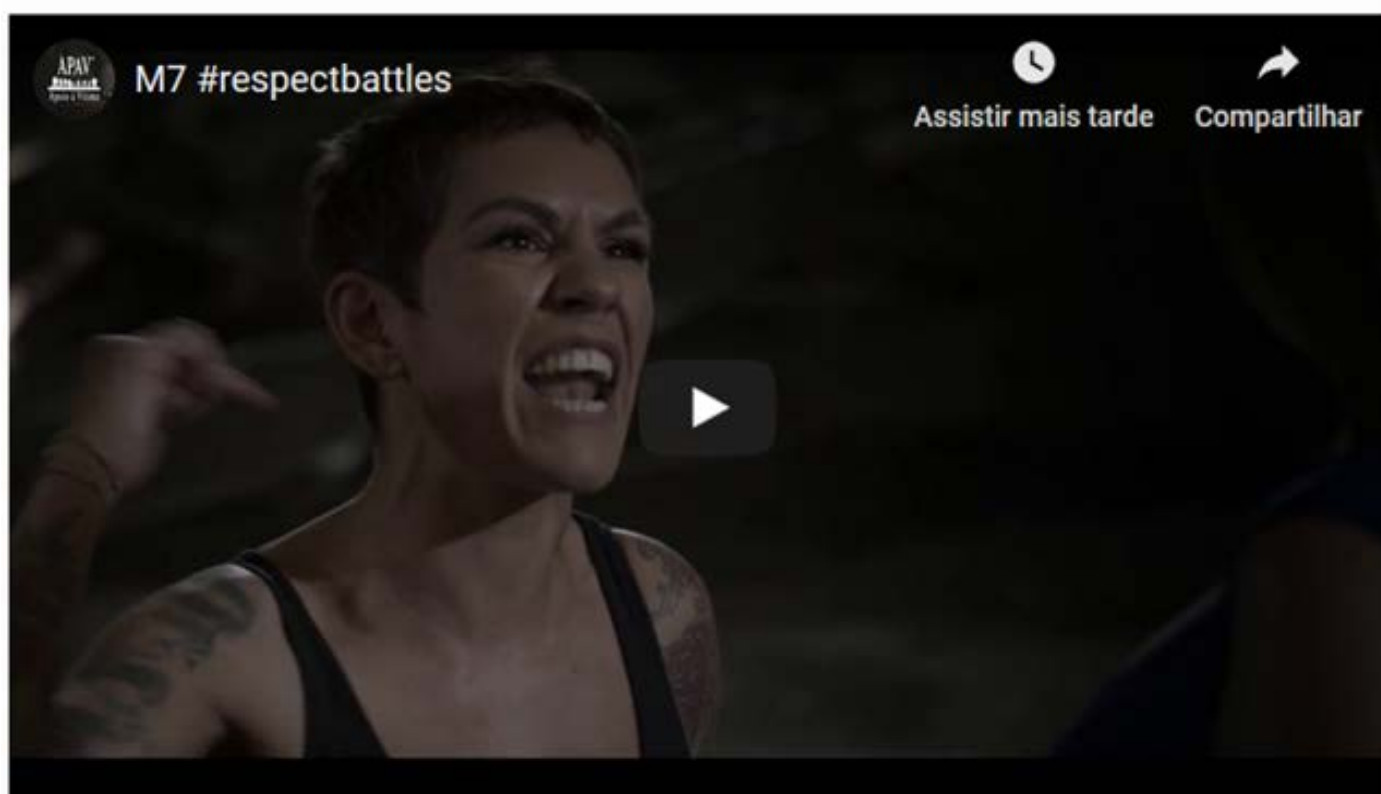


RESPECTBATTLES

APAV combate ódio com hip hop

08 DE OUTUBRO DE 2018 - 23:45

Rapper M7 é a protagonista do vídeo desta semana de combate ao ódio a pessoas LGBT. É o segundo vídeo da campanha que dura todo o mês de outubro.



Filipe Santa-Bárbara



PARTILHAR

COMENTAR

Chama-se #respectbattles e é uma campanha que tem como objetivo combater crimes e o discurso de ódio. Para isso, foram convidadas várias personalidades do hip hop nacional para darem voz a estas mensagens: Malabá, ACE, M7, Papillon e Estraca.



RAPPERS JUNTAM-SE À APAV NO COMBATE AO ÓDIO

 DANIELA CARMO x 10 OUTUBRO, 2018

MÚSICA 0 COMENTÁRIOS 0

Quem conhece as *Rap Battles* não diria que podem empregar palavras de respeito e não de ódio ou insultos. A campanha, que é promovida pela **APAV**, apelida-se por **#respectbattles** e decorre durante todo o mês de outubro, por episódios. O desta semana inclui a rapper **M7**.

Numa jogada ardilosa, a **APAV** trocou as voltas às batalhas musicais, que têm na base o ódio, e tornou-as em algo inclusivo. Segundo o comunicado da associação, isso ocorre "à semelhança do que acontece na relação entre quem odeia e quem é alvo desse ódio."



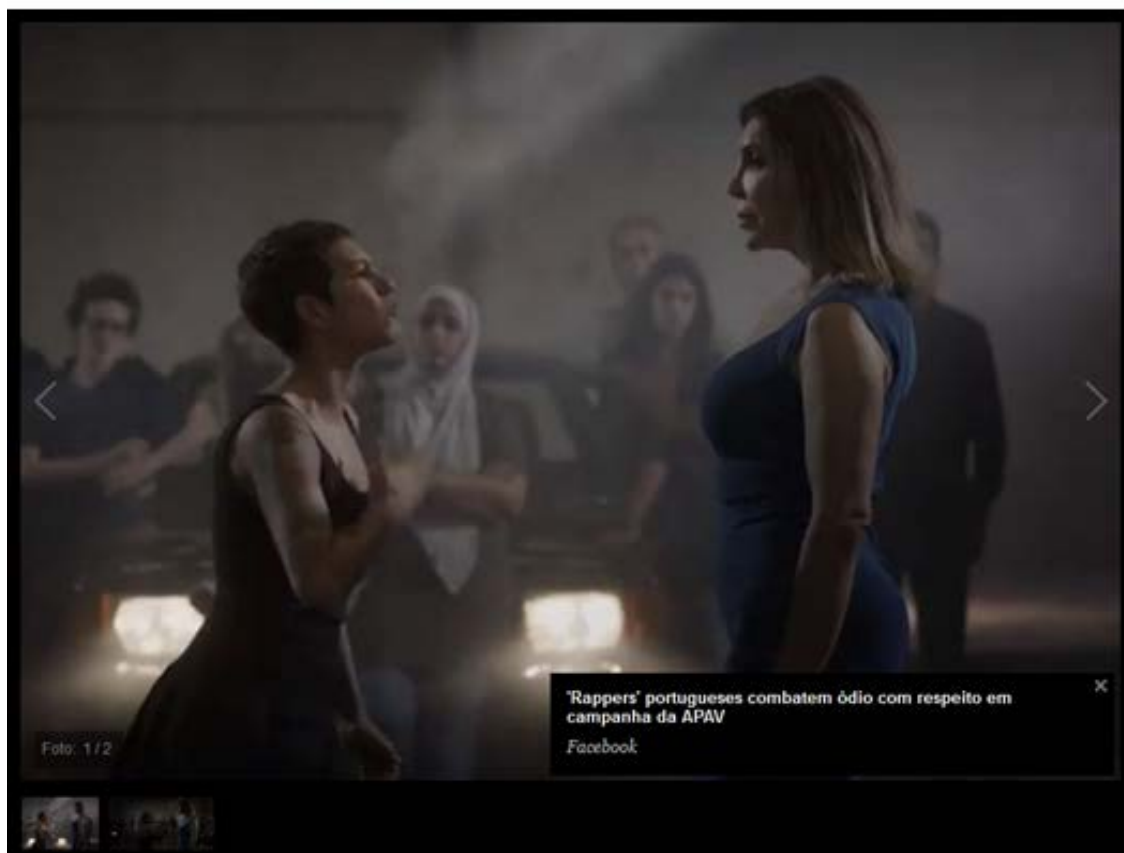
LÊ TAMBÉM: MARY KAY CRIA BLUSHES SOLIDÁRIOS PARA AJUDAR A APAV

São cinco os artistas convidados e quatro os temas de luta. Iniciadas com **Malabá**, que se dirige a todas as vítimas, as batalhas de respeito têm vindo a ser divulgadas por semanas. No segundo episódio, **ACE** abordou o ódio étnico e racial.

"Quem te julga pela pele não se sente bem na dele."

'Rappers' portugueses combatem ódio com respeito em campanha da APAV

"Nesta campanha, a luta é contra o ódio" e, por isso, as vítimas ouvem "palavras de respeito".



Sob o lema "Combate o ódio com respeito", cinco 'rappers' portugueses criaram temas com palavras de incentivo a vítimas de discriminação, no âmbito de uma campanha da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV).

A campanha tem presença sobretudo 'online', através da divulgação de vídeos onde são recriadas 'rap battles', batalhas entre 'rappers', nas quais habitualmente são trocadas ofensas e insultos, "à semelhança do que acontece na relação entre o autor do crime de ódio ou de violência discriminatória e a vítima que sofre desse crime ou ato de violência", explicou, em declarações à Lusa, Mafalda Valério, gestora de projetos da APAV.

Mas, "nesta campanha, a luta é contra o ódio" e, por isso, as vítimas ouvem "palavras de respeito".



redacção 6 dias

0 52

APAV lança último tema #respectbattles

A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) já divulgou o último tema do movimento #respectbattles, que girou em torno...



Ponte de Sor

APAV promove debate contra a violência



> A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) promoveu na sexta-feira, 12, as I Jornadas do Alto Alentejo Contra a Violência, que decorreram no Teatro-Cinema de Ponte de Sor.

A sessão de abertura contou com as presenças da ministra da Presidência e da Modernização Administrativa, Maria Manuel Leitão Marques, do pre-

sidente da Câmara de Ponte de Sor, Hugo Hilário, e ainda do presidente da APAV, João Lázaro.

A primeira intervenção destas jornadas foi da responsabilidade de Alexandra Gaio, que apresentou o trabalho realizado durante o primeiro ano de existência do Gabinete de Apoio à Vítima do Alto Alentejo Oeste,

o primeiro gabinete da APAV pensado para prestar apoio em itinerância em várias localidades do Alto Alentejo, nomeadamente nos municípios de Alter do Chão, Avis, Crato, Gavião, Fronteira, Nisa, Ponte de Sor e Sousel.

A iniciativa prolongou-se durante o dia com várias intervenções relacionadas com temas como a violência do-

méstica e o apoio a crianças, jovens e idosos vítimas de crime e de violência.

As I Jornadas do Alto Alentejo Contra a Violência, que contaram com a participação de quase 200 pessoas, culminaram com a intervenção de Teresa Fragoso, presidente da Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género. •



*Jornadas do Alto Alentejo
Contra a Violência na
próxima sexta-feira*

Está tudo a postos para as I Jornadas do Alto Alentejo Contra a Violência que decorrem na próxima sexta-feira, dia 12 de outubro, no Teatro Cinema Municipal de Ponte de Sor. Promovido pela APAV - Associação Portuguesa de Apoio à Vítima o evento acolhe, pela primeira vez na região, um dia dedicado à discussão e reflexão no âmbito do apoio a vítimas de crime e da prevenção da vitimação e da violência. Serão abordadas três áreas principais, pelos diversos especialistas reunidos no evento: "Violência Doméstica: da lei à intervenção"; "Crianças e Jovens Vítimas de Crime" e "Pessoas Idosas Vítimas de Violência e de Crime". A sessão de abertura, anunciada para as 9h45, conta com a presença da Ministra da Presidência e da Modernização Administrativa, Maria Manuel Leitão Marques, do presidente da APAV, João Lázaro e do presidente do Município de Ponte de Sor, Hugo Hilário.



PONTE DE SÔR

João Trindade

1^{as} Jornadas do Alto Alentejo violência um trauma e drama atinge crianças jovens e idosos

A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) levou a efeito no dia 12 de Outubro no Cine Teatro da Ponte de Sôr as “I Jornadas do Alto Alentejo contra a Violência”, promovendo um amplo debate sobre a lei vigente, reflexão e críticas referentes a este trauma inquietante e deprimente com reflexos desde as crianças, até às pessoas Idosas. Na sessão de abertura, Maria Leitão Marques, Ministra da Presidência e da Modernização Administrativa, baseou a sua comunicação no trabalho do Governo, legislação, e a “violência deve ser combatida de forma eficaz”. Hugo Hilário Presidente do Município de Ponte de Sôr, acolheu e apoiou esta importante iniciativa sobre a violência. Alexandra Gaio responsável da APAV no Alto Alentejo Oeste,



apresentou o trabalho desenvolvido com cerca de 70 queixas desde 2017. O 1º Painel teve por tema a Violência Doméstica: da lei à intervenção foi moderadora Branca Lima | Coordenadora do Ministério Público, Comarca de

Portalegre. “A violência doméstica e o ordenamento jurídico penal português - questões e desafios teve uma intervenção de Maria de Fátima Coelho, Procuradora-Adjunta da Procuradoria da Comarca de Portalegre.

João Lázaro APAV: “o fenómeno da violência e crime”

João Lázaro Presidente da APAV que colaborou neste evento com o Diário do Sul, entre outras considerações importantes disse. “Pretendemos com este dia de trabalho, abordar de uma forma sistémica o fenómeno da violência e do crime e as suas consequências naqueles que são considerados os seus alvos mais recorrentes

e vulneráveis: as mulheres, as crianças e as pessoas idosas. “Há 28 anos demos os primeiros passos, hoje estamos em 26 localidades” frisou, João Lázaro. Outro painel focou as “crianças e jovens vítimas de crime” teve como moderador: Paulo Carvalho | Inspetor Chefe da Unidade Local de Investigação Criminal de Évora da Polícia Judiciária.

Ainda a reter, outro ciclo de comunicações sobre “Pessoas Idosas Vítimas de Violência e Crime foi moderador: João Carlos Laranjo | Diretor do Centro Distrital da Social Portalegre. As Jornadas foram encerradas com uma comunicação de Teresa Frago, Presidente da Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género.

Ponte de Sor | APAV promove as primeiras Jornadas do Alto Alentejo contra a Violência

Por **Paula Mourato** - Out 10, 2018



A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima promove as I Jornadas do Alto Alentejo contra a Violência na sexta-feira, dia 12 de outubro, em Ponte de Sor. O evento terá lugar no Teatro-Cinema Municipal daquela cidade do norte alentejano.

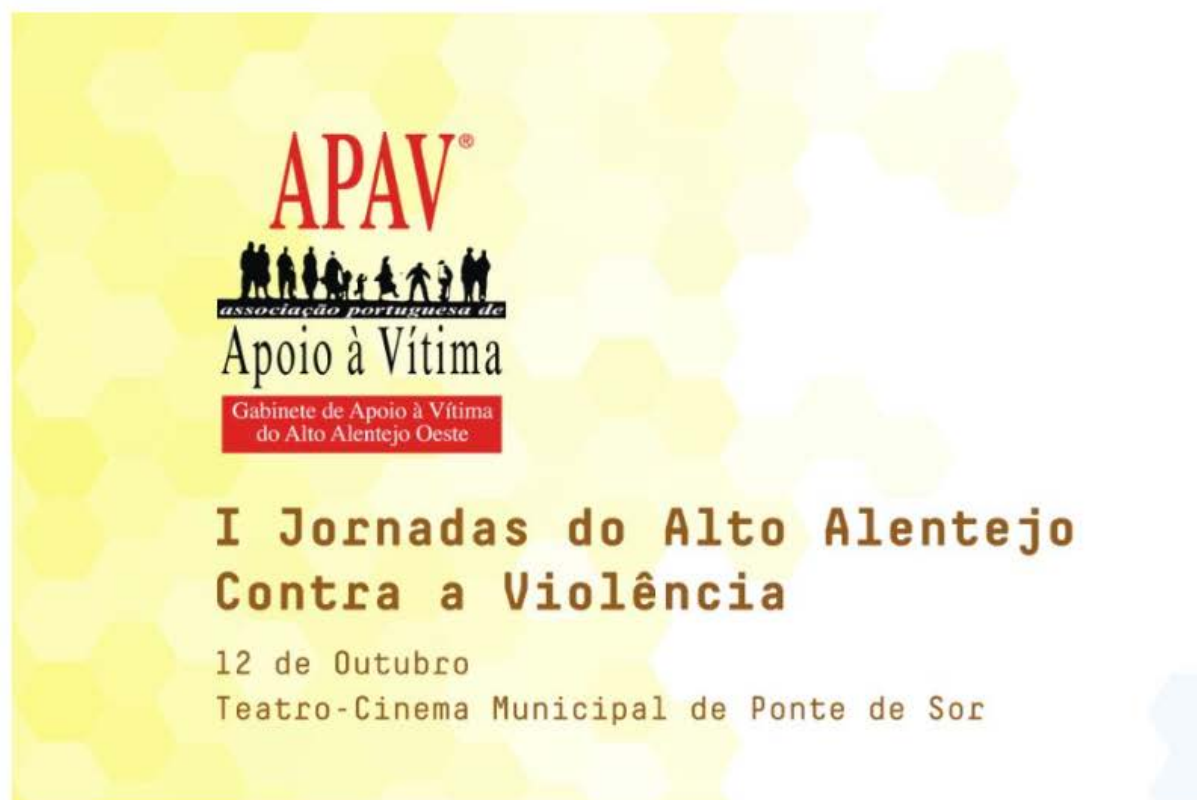
Pela primeira vez, o Alto Alentejo acolhe um dia dedicado à discussão e reflexão no âmbito do apoio a vítimas de crime e da prevenção da vitimação e da violência. Esta pretende ser, segundo a organização, uma reflexão partilhada com os vários parceiros locais, revelando-se "muito promissora na consolidação da presença da APAV neste território" lê-se em comunicado enviado às redações.

Os especialistas reunidos na iniciativa irão abordar três áreas principais: Violência Doméstica: da lei à intervenção; Crianças e Jovens Vítimas de Crime; Pessoas Idosas Vítimas de Violência e de Crime.

A sessão de abertura das Jornadas irá contar com a presença de Maria Manuel Leitão Marques (Ministra da Presidência e da Modernização Administrativa), João Lázaro (Presidente da APAV) e Hugo Hilário (Presidente da Câmara Municipal de Ponte de Sor).

O evento é gratuito mas carece de inscrição obrigatória.

I Jornadas do Alto Alentejo contra a Violência



A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) promove na próxima sexta-feira, dia 12, as I Jornadas do Alto Alentejo contra a Violência, que terá lugar no Teatro-Cinema Municipal de Ponte de Sor.

Pela primeira vez, o Alto Alentejo será palco de discussão e reflexão partilhadas com os vários parceiros sobre temáticas no âmbito do apoio a vítimas de crime e a prevenção da vitimação e da violência, pelo que antecipamos que o evento seja bem acolhido e muito promissor na consolidação da presença da APAV neste território.

A sessão de abertura das Jornadas irá contar com a presença de Maria Manuel Leitão Marques, ministra da Presidência e da Modernização Administrativa, João Lázaro, presidente da APAV, e Hugo Hilário, presidente da Câmara de Ponte de Sor. A sessão de encerramento irá contar com a presença de Teresa Fragoso, presidente da Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género.

No evento, que irá reunir diversos especialistas, serão abordadas três áreas principais: Violência Doméstica: da lei à intervenção; Crianças e Jovens Vítimas de Crime; Pessoas Idosas Vítimas de Violência e de Crime.

Ponte de Sor | APAV promove as primeiras Jornadas do Alto Alentejo contra a Violência

Por **Paula Mourato** - Out 10, 2018



A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima promove as I Jornadas do Alto Alentejo contra a Violência na sexta-feira, dia 12 de outubro, em Ponte de Sor. O evento terá lugar no Teatro-Cinema Municipal daquela cidade do norte alentejano.

Pela primeira vez, o Alto Alentejo acolhe um dia dedicado à discussão e reflexão no âmbito do apoio a vítimas de crime e da prevenção da vitimação e da violência. Esta pretende ser, segundo a organização, uma reflexão partilhada com os vários parceiros locais, revelando-se "muito promissora na consolidação da presença da APAV neste território" lê-se em comunicado enviado às redações.

Os especialistas reunidos na iniciativa irão abordar três áreas principais: Violência Doméstica: da lei à intervenção; Crianças e Jovens Vítimas de Crime; Pessoas Idosas Vítimas de Violência e de Crime.

A sessão de abertura das Jornadas irá contar com a presença de Maria Manuel Leitão Marques (Ministra da Presidência e da Modernização Administrativa), João Lázaro (Presidente da APAV) e Hugo Hilário (Presidente da Câmara Municipal de Ponte de Sor).

O evento é gratuito mas carece de inscrição obrigatória.

PUB



Início > Regional > Destaque > Jornadas do Alto Alentejo Contra a Violência em Ponte de Sor

Jornadas do Alto Alentejo Contra a Violência em Ponte de Sor

12/10/2018



O Teatro Cinema de Ponte Sor vai acolher no dia 12 de outubro as I Jornadas do Alto Alentejo Contra a Violência, com o apoio da APAV (Associação Portuguesa de Apoio à Vítima). A sessão de abertura do evento decorre às 09h45, com a presença de Maria Manuel Leitão Marques (Ministra da Presidência e da Modernização Administrativa), João Lázaro (Presidente da APAV) e Hugo Hilário (Presidente da Câmara Municipal de Ponte de Sor).

Alexandra Gaio, do Gabinete de Apoio à Vítima do Alto Alentejo Oeste de Ponte de Sor, diz ser uma forma de consolidar o trabalho feito até agora.

Durante o dia serão abordadas três áreas principais: a Violência Doméstica: da lei à intervenção; Crianças e Jovens Vítimas de Crime; Pessoas Idosas Vítimas de Violência e de Crime.

Para além dos já referidos vão participar também nos debates Carla Ferreira, Daniel Cotrim, Daniel Rijo, Fernanda Barros, Maria de Fátima Coelho, Maria Oliveira, Rosa Saavedra e Stella Bettencourt.

Ponte de Sor | Capacidade de acolhimento das casas de abrigo subiu 11% em três anos

Por **Paula Mourato** - Out 14, 2018



1 Jornadas do Alto Alentejo Contra a Violência em Ponte de Sor. A ministra da Presidência de Modernização Administrativa, o presidente da Câmara Municipal de Ponte de Sor e o presidente da APAV

Pela primeira vez, o Alto Alentejo acolheu, em Ponte de Sor, um dia dedicado à discussão e reflexão no âmbito do apoio a vítimas de crime e da prevenção da vitimação e da violência. Tratou-se de uma reflexão partilhada com os vários parceiros locais da APAV naquele território. As Jornadas contaram também com a presença da ministra da Presidência que deu conta de alguns números sobre esta realidade e que não satisfazem o Governo.

A ministra da Presidência e da Modernização Administrativa, Maria Manuel Leitão Marques, congratulou-se esta sexta-feira, 12 de outubro, com o aumento de 11% da capacidade de acolhimento de vítimas de violência entre 2014 e 2017, admitindo, no entanto, que estes números ainda não satisfazem o Governo.

“Satisfeita ficaria eu se as mulheres vítimas de violência não tivesse que sair da sua casa, é a resposta que gostaríamos de dar, é o nosso grande objetivo”, disse, durante as primeiras Jornadas do Alto Alentejo Contra a Violência, iniciativa promovida pela Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), em Ponte de Sor, no distrito de Portalegre.

De acordo com dados do Governo a que a agência Lusa teve acesso, em 2014 subsistiam em Portugal 29 estruturas, com capacidade de acolhimento de 518 vagas, situação que foi alterada até 2017, onde passaram a existir 31 casas de abrigo, com 559 vagas, o que perfaz um aumento de 11%.



I Jornadas do Alto Alentejo Contra a Violência em Ponte de Sor. A ministra da Presidência de Modernização Administrativa, o presidente da Câmara Municipal de Ponte de Sor, o presidente da APAV e o representante da Secretaria de Estado da Igualdade

A governante destacou ainda que o número de acolhimento de emergência também aumentou nos últimos três anos em 52%. O número de respostas de acolhimento de emergência em 2014 era de 19 e em 2017 passou para 22. Em 2014 registaram-se 941 acolhimentos de mulheres e crianças, ao passo que em 2017 foram contabilizados 1426 (mais 52%). “A teleassistência às vítimas aumentou em três anos 251%. De 302 vítimas apoiadas em 2014 para 1.060 em 2017”, acrescentou.

A ministra da Presidência também destacou no seu discurso que, no mesmo período, os femicídios nas relações de intimidade e familiar tiveram uma redução de 53%. Segundo os dados, em 2014 registaram-se 43 casos e em 2017 apenas 20. No mesmo documento é apontado que em 2014 foram condenadas por crime de violência doméstica 1.275 pessoas e em 2017 foram por sua vez condenadas 1.528.

No entanto, apesar do decréscimo, os números não agradam ao Governo, com a ministra a apontar como solução a colaboração da sociedade civil. "O Estado não chega, nem sequer para a criatividade para novas respostas. O combate à violência é um dos desafios mais prementes que temos pela frente", referiu Maria Manuel Marques dando conta de outros indicadores.



I Jornadas do Alto Alentejo Contra a Violência em Ponte de Sor

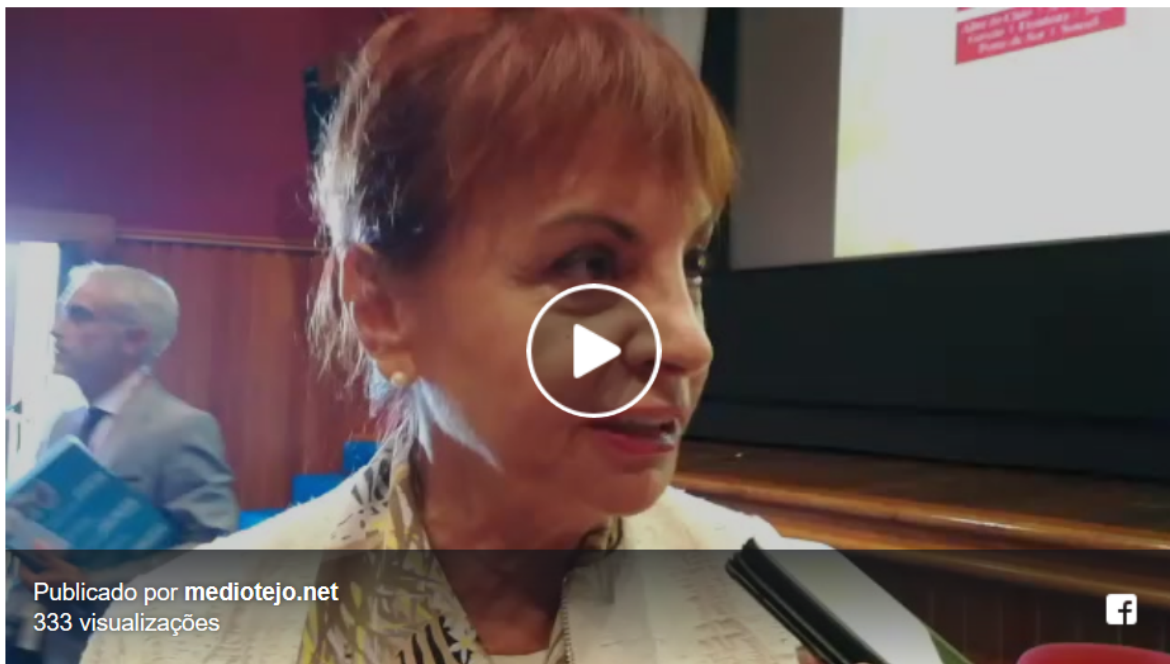
Em 2017 " existiram 26 mil ocorrências de violência doméstica, e esta é uma realidade que nem sempre é denunciada, muitas vezes escondida na intimidade da vida doméstica. Há uma marca de género, são mulheres 80% das vítimas de violência doméstica e 91% das vítimas de violação" salientou.

Mencionando o inquérito da Agência para os Direitos Fundamentais da União Europeia, destacou ainda "pela negativa o carácter continuado muitas agressões no contexto de intimidade segundo o relatório sobre a violência do namoro em 61% dos casos a violência acontece mais do que uma vez e só em 10% é apresentada queixa às autoridades", admitindo a existência de "um problema".

No âmbito da prevenção, para a ministra “não bastam as ações de formação, é preciso saber quem frequentou e o que acontece depois” reconhecendo, contudo as ações como “um instrumento para mudar a realidade” que ajudam mas não bastam.

“No fundo o que estamos a mudar é uma cultura e a cultura não se muda por decreto”, disse, sublinhando a importância do trabalho em rede “com parceiros locais, com políticas adequadas às especificidades de cada território”, dando conta da assinatura de dez protocolos envolvendo serviços públicos e civis, dois dos quais no distrito de Portalegre.

VEJA AQUI AS DECLARAÇÕES DA MINISTRA DA PRESIDÊNCIA:



Durante as primeiras Jornadas do Alto Alentejo Contra a Violência também o presidente da APAV, João Lázaro salientou a importância de uma rede, de diálogo e cooperação que envolva entidades privadas e públicas, forças de segurança, tribunais e instituições de saúde com a sociedade civil, falando de serviços de proximidade e de itinerância, porque “é junto de vós que as vítimas pedem ajuda pela primeira vez”.

João Lázaro lembrou que a APAV, 28 anos depois, “está presente em 26 localidades, oferece 33 serviços de proximidade, compostos por uma rede nacional com 18 gabinetes de apoio à vítima, três estruturas de acolhimento, três redes de apoio especializado, com uma linha de apoio à vítima gratuito, que em 2017 apoiou vítimas de 264 concelhos e que apoia um universo estimado de 20 mil a 25 mil pessoas”.

Da parte da autarquia anfitriã, Hugo Hilário, presidente da Câmara Municipal de Ponte de Sor, garantiu não permitir que “as causas da violência possam beliscar a sociedade e a forma como vivemos”.

Considerando que a escolha da APAV, para a realização das primeiras Jornadas do Alto Alentejo em Ponte de Sor, é uma consequência “do caminho positivo trilhado, criando uma estratégia de combate à violência e um gabinete de apoio à vítima”, o autarca lembrou que o Plano Intermunicipal para a Igualdade do Alto Alentejo Oeste para 2018-2021 será apresentado em novembro. Para tal, o autarca frisou ser necessário não só o compromisso municipal mas também das tutelas para que “possamos ter nesta e noutras comunidades a mesma resposta”.



I Jornadas do Alto Alentejo Contra a Violência em Ponte de Sor. A ministra da Presidência de Modernização Administrativa, o presidente da Câmara Municipal de Ponte de Sor e o presidente da APAV

Trabalho do Gabinete de Apoio à Vítima do Alto Alentejo Oeste da APAV, incluindo Ponte de Sor e Gavião

O Gabinete de Apoio à Vítima do Alto Alentejo Oeste (GAV) tem sede em Ponte de Sor e uma área de abrangência que envolve Alter do Chão, Avis, Crato, Gavião, Fronteira, Nisa, Ponte de Sor e Sousel. O apoio prestado, personalizado e presencial, “contribui para superar ou minimizar os efeitos negativos da vitimação”, explicou Alexandra Gaio, Gestora do Gabinete de Apoio à Vítima do Alto Alentejo Oeste, aquando da apresentação do trabalho do Gabinete de Apoio à Vítima do Alto Alentejo Oeste da APAV: pelas vítimas de crime.

Este gabinete resulta da assinatura, em janeiro de 2017, do protocolo para uma Estratégia de Combate à Violência Doméstica e de Género. Onde se inclui a Rede Care para crianças e jovens vítimas de violência sexual, um apoio especializado gratuito, confidencial e extensível a todo o Alentejo.

Também Alexandra Gaio sustentou que “as parcerias têm desempenhado um papel fundamental no cumprimento da missão de apoio à vítima de crime”. E esta cultura de parceria traduz-se na promoção e gosto pelo trabalho em cooperação, em que cada parte coloca as suas capacidades e competências à disposição de uma solução comum, explicou.

Dando conta de números indicou de maio a dezembro de 2017, o GAV contabilizou 70 processos de apoio, 219 crimes de outras formas de violência, apoiou 61 vítimas e realizou 441 atendimentos. Dos diversos tipos de apoio prestados pelo gabinete de apoio à vítima do Alto Alentejo Oeste, o apoio jurídico foi o mais assinalado com mais de 35% dos registos. Sendo a GNR quem identificou mais casos (26,7%), com a CPCJ e as Unidades de Saúde a identificarem ambas 6,7%, daí a importância “do forte trabalho de cooperação e multidisciplinidade com outras entidades”, reforçou.

Em linha com a realidade da APAV a nível nacional, destaca-se a residência comum à vítima e ao autor do crime como o local do crime mais referenciado. 92% das vítimas de crime apoiadas era do sexo feminino, com mais de 55 anos de idade (32,8%), casada (39,3%), pertencente a uma família nuclear com filhos (41%), como 1º ciclo (9,8%), 3º ciclo (13,1%), a trabalhar (19,4%) ou em situação de pensão/reforma (19,4%). Dos autores do crime registados, 86% do sexo masculino, com idades compreendidas entre os 35 e os 44 anos (29,3%).

Após a manhã, que mereceu abertura com a ministra da Presidência, as Jornadas prosseguiram durante todo o dia, com encerramento a cargo de Alexandra Gaio, do GAV e de Teresa Fragoso, Presidente da Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género.

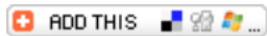
Pelo meio discutiu-se temas como as implicações práticas da avaliação do risco de violência nas relações de intimidade, o Projeto/Rede Care da APAV de apoio a crianças e jovens vítimas de violência sexual ou os fenómenos da violência contra os mais velhos e progressos na intervenção.



Está em...

Ponte de Sor: A violência não pode “beliscar” o progresso

Publicado em 15-10-2018



O presidente da Câmara Municipal de Ponte de Sor, Hugo Hilário, defende que numa sociedade moderna, democrática e evoluída, o progresso não pode ser “beliscado” pela violência.

O autarca falava depois de ter participado nas primeiras Jornadas do Alto Alentejo contra a Violência, promovidas pela Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV).

A iniciativa juntou, sexta feira, no Teatro-Cinema Municipal de Ponte de Sor, vários especialistas nesta temática.

Hugo Hilário considera que este debate de ideias é importante, no sentido de identificar, consciencializar e tentar arranjar solução para o flagelo da violência.

A APAV do Alto Alentejo Oeste abriu em maio de 2017, tem gabinetes de apoio em Ponte de Sor, Alter do Chão, Avis, Crato, Fronteira, Gavião, Nisa e Sousel.

Em pouco mais de um ano, chegaram à associação relatos de 70 crimes, a maioria de violência doméstica sobre mulheres.

Carla Aguiã/Américo Duarte

Alto Alentejo apresenta plano intermunicipal para “uma comunidade ativa nas questões de igualdade”, diz representante da APAV (c/som)



A APAV (Associação Portuguesa para Apoio à Vítima) e os 7 municípios que compõem o Alto Alentejo Oeste, desenvolveram o I Plano Intermunicipal para a Igualdade do Alto Alentejo 2018/19, que será apresentado em novembro.

“O I Plano Intermunicipal para a Igualdade do Alto Alentejo Oeste 2018/2021 acolheu as ideias e estratégias de territorialização dos 7 municípios com quem articulamos”, explica Daniel Cotrim, assessor técnico da Direção da APAV (Associação Portuguesa de Apoio à Vítima), em declarações à RC.

Alter do Chão, Avis, Crato, Gavião, Fronteira, Nisa, Ponte de Sor e Sousel são os concelhos abrangidos pelo Gabinete de Apoio à Vítima (GAV) existente em Ponte de Sor, e que integram este plano.

O objetivo principal deste plano é “trabalhar as questões de igualdade de género, a erradicação e o combate da violência de género e da violência doméstica, no Alto Alentejo”.

Este, assenta a sua atuação em quatro eixos principais, “considerados como prioritários”: a participação política de homens e mulheres, o desporto, a formação e emprego, e a prevenção e combate à violência doméstica e de género.



Plano pretende criar “uma comunidade ativa relativamente às questões de igualdade de género, e à intolerância à violência doméstica e de género”

Uma das atividades do plano, foram as I Jornadas do Alto Alentejo Oeste da APAV que tiveram lugar na passada sexta-feira (12 de outubro), em Ponte de Sor, que contaram com a presença de Maria Manuel Leitão Marques, Ministra da Presidência e da Modernização Administrativa, e de vários representantes de entidades regionais.

Encontram-se previstas atividades de “sensibilização de alunos e alunas para as questões de igualdade de género, transfobia, homofobia, violência no namoro”, assim como “ciclos de cinema dedicados à população”.

Pretendem-se a criação de atividades diversificadas “de forma a chegar a muitas mulheres e muitos homens desta zona do Alto Alentejo Oeste”, “de forma transversal”.

O I Plano Intermunicipal para a Igualdade do Alto Alentejo Oeste 2018/2021 será apresentado no próximo dia 6 de novembro, no Instituto Politécnico de Portalegre, numa cerimónia que contará com a presença de Rosa Monteiro, Secretária de Estado para a Cidadania e Igualdade, e onde a também a Cruz Vermelha apresentará o seu plano intermunicipal para o território.

Primeiras jornadas do Alto Alentejo contra a violência

2018/10/19



Ponte de Sor recebeu as «I Jornadas do Alto Alentejo contra a Violência» organizadas pelo APAV – Gabinete de Apoio à Vítima do Alto Alentejo Oeste a 12 de outubro.

A sessão de abertura contou com a presença de Maria Manuel Leitão Marques, Ministra da Presidência e da Modernização Administrativa.

A primeira intervenção esteve a cargo de Alexandra Gaio, que apresentou o trabalho realizado durante o primeiro ano de existência do Gabinete de Apoio à Vítima do Alto Alentejo Oeste – o primeiro gabinete da APAV pensado para prestar apoio em itinerância em diversas localidades do Alto Alentejo. O dia contou com intervenções relacionadas com os temas da violência doméstica e do apoio a crianças, idosos, vítimas de crime e de violência.

As Jornadas foram encerradas por Teresa Fragoso, Presidente da Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género.



Primeiras jornadas do Alto Alentejo contra a violência

Rita Andrade amanhã em reunião da APAV e no IEM numa sessão destinada a desempregados



A secretária regional da Inclusão e Assuntos Sociais, Rita Andrade, preside amanhã, quinta-feira, pelas 10 horas, na Escola Profissional de Hotelaria e Turismo da Madeira, à sessão de abertura do 40º Conselho Consultivo dos Gestores Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV).

O Conselho Consultivo visa promover a actualização de conhecimentos, procedimentos e a formação dos colaboradores que gerem os Gabinetes de Apoio à Vítima, o Sistema Integrado de Apoio à Distância, a Rede Nacional de Casas de Abrigo e do Centro de Acolhimento e Protecção de Tráfico de Seres Humanos, a Rede de Apoio Especializado a Crianças e Jovens Vítimas de Violência Sexual (Rede CARE), a Rede de Apoio a Familiares e Amigos/as de Vítimas de Homicídio, a Rede de Apoio à Vítima Migrante e de Discriminação bem como promover momentos de “team building” e descompressão do trabalho que diariamente desempenham.

A APAV é uma Instituição Particular de Solidariedade Social que apoia de forma gratuita e confidencial vítimas de crime, seus familiares e amigos/as. Estão presentes no território português através de uma rede nacional de serviços de apoio a vítimas de crime, dispersos ao longo de todo o território, que prestam directamente apoio psicológico, social e jurídico a vítimas de crime.

Rita Andrade irá ainda amanhã pelas 12 horas ao auditório do Instituto de Emprego da Madeira para a sessão de boas vindas destinada a desempregados inscritos no IEM que iniciaram Programas de Emprego, no mês de Outubro.

“O Governo Regional pretende, deste modo, dar continuidade à forte aposta em integrar desempregados no mercado de trabalho proporcionando uma resposta mais eficiente à população que se encontra em situação de desemprego e de exclusão social, através da implementação de políticas de emprego”.

Catarina Martins apela a que “não fique tudo na mesma” no crime contra as pessoas

A líder do BE quer que acabe a ideia que o crime contra o património é mais penalizado do que o crime contra as pessoas.

LUSA - 24 de Outubro de 2018, 15:01



A líder do BE esteve esta quarta-feira na APAV LUSA/RODRIGO ANTUNES

A coordenadora do BE apelou esta quarta-feira aos partidos, no final de uma visita à Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), em Lisboa, para que aprovem o pacote legislativo sobre o “crime contra as pessoas”, nomeadamente a violência doméstica, mostrando abertura para encontrar as melhores soluções na especialidade.

Lembrando que em Portugal existe “uma situação complicada, em que o crime contra o património é mais penalizado do que o crime contra as pessoas”, a líder bloquista informou que na sexta-feira “vai ser debatido no plenário da Assembleia da República um conjunto de projectos de lei do Bloco de Esquerda sobre o crime contra as pessoas” e defendeu: “Sabemos que o tema das molduras penais, como o tema da existência de juízes especializados, são temas complicados, mas o apelo que nós fazemos é que não fique tudo na mesma”.

Questionada sobre se esse apelo é para os partidos com assento parlamentar, para que viabilizem os projetos de lei na generalidade, Catarina Martins respondeu afirmativamente. “Sim. É um apelo muito claro a todos nós que vemos como há falhas na legislação”, disse, garantindo que “o Bloco tem uma enorme abertura para que, na especialidade, se possa corrigir, ver quais são as melhores soluções”.

**CATARINA MARTINS****VIOLÊNCIA DOMÉSTICA**

A líder do BE apelou aos partidos para que aprovelem o pacote sobre o "crime contra as pessoas", nomeadamente a violência doméstica, após uma visita à APAV.

PREVIO

Inglaterra, Portugal e Fiji:
Uma semana de jantares de
Estado

SIGUIENTE

"Dieselgate": VW paga multa
de 47 milhões a accionistas
da Porsche

Mundo

CATARINA MARTINS APELA A QUE "NÃO FIQUE TUDO NA MESMA" NO CRIME CONTRA AS PESSOAS

19 horas ago / Hernan Porras Molina / 3 min read

Entornointeligente.com / A coordenadora do BE apelou hoje aos partidos para que aprove o pacote legislativo sobre o "crime contra as pessoas", nomeadamente a violência doméstica, mostrando abertura para encontrar as melhores soluções na especialidade.

Mais populares Juventude Socialista Candidata à liderança da JS com erros no currículo Ambiente Universidade do Minho substitui copos de plástico por de papel nas máquinas de café i-album Exposição Como o feminismo foi atacado pela histeria ao longo dos séculos Catarina Martins falava aos jornalistas no final de uma visita à Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), em Lisboa, lembrando que em Portugal existe "uma situação complicada, em que o crime contra o património é mais penalizado do que o crime contra as pessoas".

PUB Na sexta-feira, prosseguiu a líder bloquista, "vai ser debatido no plenário da Assembleia da República um conjunto de projetos de lei do Bloco de Esquerda sobre o crime contra as pessoas".

“As pessoas não devem valer menos que o património” no código penal

O Bloco de Esquerda apresentará no Parlamento um pacote legislativo cujo principal objetivo será garantir que a nível penal os crimes praticados contra as pessoas não sejam considerados inferiores aos praticados contra o património.

24 de Outubro, 2018 - 14:51h



Catarina Martins e Sandra Cunha reuniram esta manhã com João Lázaro, presidente da APAV.

O Bloco de Esquerda irá apresentar na Assembleia da República na próxima sexta-feira um pacote legislativo sobre o crime contra as pessoas. As deputadas Catarina Martins e Sandra Cunha estiveram esta manhã na sede da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima – APAV, onde falaram sobre as propostas que estarão em discussão no final desta

semana.

Catarina Martins lembrou a situação complicada vivida em Portugal em que “o crime contra o património é mais penalizado que o crime contra as pessoas”, havendo uma maior dissuasão do ponto de vista das penas do primeiro tipo de crimes.

“O Bloco está preocupado com a situação das vítimas, de todas elas”, lembrando que embora as mulheres continuem a compor a maioria das vítimas dos crimes de violência doméstica e de natureza sexual, as denúncias sobre violência doméstica para com idosos têm também aumentado.

“Há crimes em Portugal que têm uma expressão muito alta, como a violência doméstica, mas não são os únicos”. Reconhecendo que há sentenças que “do nosso ponto de vista partem de uma má avaliação dos magistrados”, o Bloco considera que “a lei também não dá garantias suficientes sobre os direitos das vítimas”.

Josefinas: vídeo contra a violência doméstica concorre ao Fashion Film Festival

O vídeo da campanha You Can Leave integra a selecção oficial da 5ª edição do Porto Fashion Film Festival (FFF). As votações decorrem até dia 26 de Outubro

Por **Lino Ramos** - Out 19, 2018



O vídeo da campanha You Can Leave, contra a violência doméstica, lançado pela marca de calçado feminino Josefinas e pela APAV – Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, integra a selecção oficial da 5ª edição do Porto Fashion Film Festival (FFF), cujos vencedores vão ser conhecidos a 31 de Outubro. As votações decorrem até dia 26 [no site do evento](#).

A película de 50 segundos tem várias mensagens contra os diferentes tipos de violência doméstica, como “não magoar”, “não culpar” ou “não controlar”, e termina com um recado claro: “You Can Leave” (“Você/Tu podes sair”, na tradução em português).

“Ao votar, está a manter viva a conversa sobre a violência doméstica: vamos alertar e apoiar as vítimas a procurarem ajuda”, sublinha a Josefinas em comunicado de imprensa.

Este evento já ocorreu.

Ary, O Poeta das Canções

Joaquim Lourenço canta Ary dos Santos

o música

27 outubro 2018

sáb: 21h30

Cineteatro Capitólio - Teatro Raúl Solnado

↗ Partilhar



No ano em que se celebraram os 80 anos do poeta, *Ary, O Poeta das Canções* por Joaquim Lourenço foi editado em CD continuando uma digressão que começou em 2009. Canções históricas como *Desfolhada Portuguesa*, *Canção de Madrugar*, *Cavalo à Solta*, *Tourada*, *Estrela da Tarde*, *Um Homem na Cidade*, *O Cacilheiro*, *O Homem das Castanhas*, *Lisboa Menina e Moça*, *Os Putos*, *Retalhos da Vida de um Médico*, entre outras, tocadas e cantadas de forma inovadora e contemporânea com recurso à linguagem da música clássica e contemporânea, do *jazz*, da *world music* e do novo teatro musical.

Os Dias do Desassossego voltam a Pessoa e Saramago em novembro

A quarta edição da festa organizada pela Casa Fernando Pessoa e pela Fundação José Saramago conta com nomes como Norberto Lobo, Crista Alfaiate e Cristina Branco.



Cristina Branco actua no Teatro São Luiz a 27 de Novembro, com temas escritos de propósito para a ocasião_ Joana Linda

Desde 2015 que a Casa Fernando Pessoa e a Fundação José Saramago unem esforços para assinalar duas datas importantes relativas aos ícones da literatura portuguesa que representam: o nascimento de José Saramago, a 16 de novembro de 1922, e a morte de Fernando Pessoa, a 30 de novembro de 1935. A festa chama-se Dias do Desassossego, e volta este ano para a sua quarta edição, de 16 a 30 de novembro, com concertos, leituras, debates, mesas-redondas, passeios, teatro, oficinas e aulas. Quatro destes eventos (uma visita à fundação e outra à casa, bem como duas mesas-redondas) terão interpretação em língua gestual portuguesa.

Por fim, no dia 30, com repetição na tarde seguinte, há uma leitura encenada por Miguel Loureiro, com música de Maria do Mar, para assinalar os 25 anos da Casa Fernando Pessoa, que abriu as portas em 1993, com poemas de Pessoa, Caeiro, Reis e Campos.

Há também um programa paralelo, com a arte urbana de Opiemme a ser desenvolvida a partir de 17 de novembro na Rua do Patrocínio, em Campo de Ourique, e, a partir de 19 de novembro, uma oficina para trazer a leitura a mulheres e jovens da Casa de Abrigo de Lisboa, um espaço da APAV.